



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

César Claudino Pereira

O PENSAMENTO DE ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA NA REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP (de 1952 a 1964)

Rio Branco
2016

César Claudino Pereira

O PENSAMENTO DE ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA NA REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP (de 1952 a 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

Rio Branco
2016

César Claudino Pereira

O PENSAMENTO DE ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA NA REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS PEDAGÓGICOS – RBEP (de 1952 a 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

Data de aprovação: 26/08/ 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas
Universidade Federal do Acre (UFAC)
Orientadora

Prof. Dr. Vicente Cruz Cerqueira
Universidade Federal do Acre (UFAC)
Membro externo

Profa. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno
Mestrado em Educação (UFAC)
Membro interno

A memória do professor Anísio Espínola
Teixeira, exemplo de educador, que fez
da educação um ideal de vida, fonte maior
de inspiração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e sabedoria para realizar essa caminhada.

À minha orientadora, professora Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, por ter me proporcionado conhecer um pouco sobre Anísio Espínola Teixeira, por ter tido paciência nos momentos em que a ansiedade falava mais alto, por ter me ensinado a enxergar além do que meus olhos podiam ver.

Aos professores Dr. Vicente Cruz Cerqueira e Dra. Ednaceli Abreu Damasceno, pelas valiosas contribuições na qualificação.

Aos professores do Mestrado em Educação, pelos prestimosos ensinamentos compartilhados.

Aos meus pais, Ângela Maria Claudina e Luiz César Pereira de Paula, por sempre estarem torcendo pelo meu sucesso, bem como às minhas duas queridas avós, Anita e Alice.

A minha querida e amada esposa, Flávia da Conceição Coelho, presente em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, obrigado por compreender e entender os sacrifícios que tivemos que fazer juntos neste último biênio.

Aos amigos Lucas Augusto Rosa e Maria de Lourdes da Rocha Rosa, por terem me proporcionado conhecer o Acre e me apoiado desde o primeiro momento em que aqui cheguei.

Aos familiares e amigos que não estão mais entre nós, mas que, onde quer que estejam, estão torcendo pelo meu sucesso.

Aos colegas do Mestrado em Educação, obrigado por cada momento que compartilhamos juntos.

À professora Ms. Mirian Késia Labs de Lima, por ter acreditado em mim e proporcionado meus primeiros passos na sala de aula.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) e à União Educacional do Norte (UNINORTE), por proporcionarem que eu exerça a docência.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado estuda o pensamento de Anísio Spínola Teixeira na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), durante o período em que o educador foi presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), de 1952 a 1964. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, por meio de estudo e análise de documentos de domínio científico, como livros, artigos e periódicos. Mais especificamente, a pesquisa foi realizada a partir de editoriais e textos publicados na RBEP, além de estudos produzidos por pesquisadores na área da educação, dentre eles: Dantas (2001), Monarcha (2001), Teixeira (1969), entre outros. O trabalho inicialmente tece considerações sobre a origem da RBEP, com destaque para os editoriais que foram publicados no período de 1952 a 1964, inclusive os que foram assinados por Anísio Teixeira. A análise dos editoriais foi realizada considerando também o texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Em um segundo momento, foi realizado o estudo dos artigos escritos por Anísio Teixeira no período do estudo na seção *Ideias e Debates* da RBEP. O objetivo foi compreender a marca deixada pelo “Pioneiro da Educação Nova” na RBEP e analisar se Anísio Teixeira se manteve fiel às ideias do Manifesto durante a sua gestão no INEP.

Palavras-chave: Educação, Inep, Anísio Teixeira.

ABSTRACT

This dissertation studies the thinking of Anísio Teixeira at the Brazilian Journal of Pedagogical Studies (*Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* – RBEP), while this educator was the president at the Pedagogical Studies National Institute (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP) from 1952 to 1964. The methodology applied to develop this work was a bibliographic research by means of studying and analysing of scientific documents like books, articles and journals. More specifically, the research has focused on editorials and articles published in the RBEP journal. We also studied materials produced by scholars from educational area such as: DANTAS (2001), MONARCHA (2001), TEIXEIRA (1969). Firstly, this work focuses over the journal's origins with special attention to the editorial articles published between 1952 to 1964, including those signed by Anísio Teixeira, whose analysis was conducted also taking into account the New Education Pioneers Manifesto from 1932. Secondly, we conducted a study of the articles written by Anísio Teixeira in the RBEP journal's section Ideas and Debates (*Idéias e Debates*) in that period. Our main objective is to comprehend the New Education pioneer's mark left in the RBEP journal, as well as to find out if Anísio Teixeira kept himself faithful to the ideas of the Manifesto along his term at INEP.

Keywords: Education, INEP, Anísio Teixeira.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO I – A FALA DE ANÍSIO TEIXEIRA E O ANÚNCIO DE UM PERCURSO A FRENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS | 19 |
| CAPÍTULO II – OS EDITORIAIS: ANUNCIADORES DA MUDANÇA PRETENDIDA | 28 |
| 2.1 UM NORTE A SE SEGUIR: A EDUCAÇÃO DO HOMEM MODERNO | 30 |
| 2.2 AS BASES EM QUE SE DEVE ASSENTAR A EDUCAÇÃO NACIONAL..... | 36 |
| 2.3 A PESQUISA E A CIÊNCIA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O PROGRESSO DO PAÍS | 48 |
| CAPÍTULO III – A MARCA DO “PIONEIRO DA EDUCAÇÃO NOVA” NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: OS ESCRITOS DE ANÍSIO TEIXEIRA NA SEÇÃO <i>IDEIAS E DEBATES</i>..... | 53 |
| 3.1 ESTADO E EDUCAÇÃO..... | 54 |
| 3.2 RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL..... | 71 |
| 3.3 PLANO DE RECONSTRUÇÃO..... | 77 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 86 |
| REFERÊNCIAS..... | 90 |
| ANEXOS | 94 |
| ANEXO A – <i>EDITORIAIS</i> DA RBEP, PUBLICADOS ENTRE 1952 E 1964 | 94 |
| ANEXO B – ARTIGOS DA SEÇÃO <i>IDEIAS E DEBATE</i> / ESTUDOS E DEBATE DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP), ENTRE 1952 E 1964..... | 95 |
| ANEXO C – MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, DE 1932. . | 97 |

INTRODUÇÃO

O início do percurso: um caminho

O processo de dar forma a uma investigação oferece ao pesquisador, desde o seu início, uma infinidade de caminhos. No caso específico do estudo aqui realizado, o primeiro movimento foi o de buscar entender o processo de federalização da educação brasileira. Pensar, portanto, na valorização do magistério brasileiro, com a implantação de uma “carreira nacional de magistério”, na oferta de educação integral aos brasileiros remete à busca pela origem da ideia de escola única, da defesa pela formação de professores em nível universitário, do financiamento da educação sob a responsabilidade do governo federal, dentre outros elementos que sustentam a proposta de criação do Programa Federal de Educação Integral de Qualidade Para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base, apresentados pelo senador Cristovam Buarque no ano de 2008 e consubstanciados com a aprovação do Projeto de Lei nº 320, no ano de 2008¹.

Partia do pressuposto de que a proposição de Cristovam Buarque encontraria resguardo em formulações anteriores e, para realizar tal intento, o senador tomou como base os debates educacionais que sustentaram a defesa da escola única nos primeiros anos da República brasileira. Na busca pelos elementos que poderiam dar mais clareza ao que buscava investigar, localizei um dos documentos mais emblemáticos da história da educação no Brasil, O Manifesto dos Pioneiros (doravante Manifesto), de 1932².

Nesse documento estão expressos os elementos fundantes do pensamento educacional brasileiro, que se encontram determinados, anos depois, na Lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. A questão agora não dizia mais respeito à “federalização da educação básica” no Brasil. O caminho da pesquisa mostrava outra possibilidade de percurso, que agora me dispunha a investigar, qual seja, os elementos presentes no Manifesto e o modo

¹ Este PL pode ser conferido no endereço: <legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/13888.pdf>.

² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. (REVISTA HISTEDBR..., 2006).

como este foi apropriado por educadores responsáveis pela organização da educação brasileira, no período posterior a sua publicação.

Mais uma vez, a amplitude das minhas inquietações me obrigou a operar recortes, de sorte a abarcar os elementos que estão na base da organização da educação no Brasil. Esse movimento me remeteu aos discursos produzidos nos anos de 1930, expresso no Manifesto. O passo seguinte foi o de buscar o ponto de ancoragem das propostas expressas no documento e tentar identificar se, em um determinado momento, estas foram dadas a ler ou, ainda, se foram postas em prática, de uma maneira ou de outra, por algum dos que subscrevem o texto do Manifesto. Buscava com isso determinar as práticas instituídas a partir do que estava disposto no documento, elemento agora de fundamental importância para a pesquisa que estava a realizar.

Nesse percurso identífico, dentre os signatários do Manifesto, Anísio Spínola Teixeira, intelectual que ocupou a cena educacional nacional, realizando importantes reformas³ nas décadas de 1920 e de 1930, nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, respectivamente; além de dirigir por doze anos o mais importante órgão de assessoramento técnico do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Assim, passo a agregar a intenção de compreender os elementos constituintes do Manifesto e a ação de Anísio Spindola Teixeira à frente do INEP.

A partir dessas determinações, defino como tema central de análise o discurso produzido por Anísio Teixeira, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), operando recorte específico que privilegiou a produção do educador publicados nas seções *Ideias e Debates/ Estudos e Debate* e Editoriais do periódico, mais especificamente nos números publicados entre os anos de 1952 a 1964. Busquei nesse material os elementos que se fizeram presentes no Manifesto, publicado no ano de 1932, do qual Anísio Teixeira foi signatário.

O primeiro movimento, após a definição dos materiais que comporiam o corpo da pesquisa foi o de identificar os editoriais dentre o material publicado na RBEP,

³ Anísio Spindola Teixeira foi diretor-geral de instrução do governo da Bahia no período de 1924 a 1928. Nesse período promoveu a reforma do ensino estado. (<https://cpdoc.fgv.br>). Sobre a reforma empreendida por Anísio Teixeira no Distrito Federal cf. Libânia Nacif Xavier. A reforma do ensino no Distrito Federal (1930-1935): experimentalismo e liberalismo em Anísio Teixeira Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007 145.

ordenando-os cronologicamente. Em seguida, foram identificados os textos assinados pelo diretor do INEP e aqueles publicados na seção *Ideias e Debates*.

De posse das informações, passei então a organizar o material escrito por “blocos temáticos”, o que permitiu estabelecer uma relação entre as questões levantadas no Manifesto e aquelas presentes nos textos de Anísio Teixeira publicados na RBEP. O único material que foi tratado em separado foi o discurso de posse do diretor do INEP, por entender que esse texto pode ser admitido como um marco inicial do percurso de doze anos em que o INEP esteve sob a direção do educador baiano.

Os referidos blocos ficaram ordenados, admitindo as seguintes temáticas: a) questões gerais que devem balizar a educação do homem moderno; b) bases em que se deve assentar a educação nacional; e c) a pesquisa e a ciência como elemento fundamental para o progresso do país.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é identificada como bibliográfica e conceituada da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser divididos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (Gil, 2009, pág.50).

Dentre as bibliográficas pesquisadas merece destaque as edições de RBEP e texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Entender como surgiu a RBEP é importante para compreender o seu propósito editorial, assim o próximo movimento consiste em compreender o referido propósito.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e seu propósito

A RBEP, criada em 1944, com periodicidade quadrimestral, visava publicar artigos resultantes de estudos e pesquisas que contribuíssem para o desenvolvimento do conhecimento e que pudessem oferecer subsídios às decisões políticas na área educacional.

A leitura da revista permitiu identificar um elemento decisivo para compreender a dimensão que o periódico assume na divulgação das proposições, com vistas à organização da educação no Brasil. Já na apresentação do seu primeiro número, fica anunciada a importância da educação em um momento em que o Brasil carecia de um periódico para discutir os grandes temas que permeavam a educação na década de 1940 e que destoasse das revistas até então existentes.

Apresentada pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a RBEP se apresenta:

[...] como órgão oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação. Seu papel será reunir e divulgar, pôr em equação e em discussão não apenas os temas gerais da pedagogia, mas sobretudo os problemas pedagógicos especiais que se deparam na vida educacional de país. (CAPANEMA, 1944, p. 3).⁴

Em conformidade com as aspirações dos intelectuais do período, o Editorial da primeira edição da RBEP anuncia que:

A esse fecundo movimento vem dando coordenação e expressão definida o Ministério da Educação, por seus trabalhos de reforma, suas realizações e estudos, suas pesquisas e publicações. Já se fazia sentir, no entanto, entre estas, a falta de um periódico de cultura pedagógica para livre debate das grandes questões da educação nacional, esclarecimento oportuno das condições de seu desenvolvimento, e registro de suas progressivas conquistas. Assentada, desde algum tempo, a publicação desse órgão, pelo Ministro Gustavo Capanema, torna-se ela possível, agora, com a garantia de continuidade e pontualidade a desejar-se. Surge assim, no momento próprio, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, para congregar os estudiosos na observação dos fatos educacionais, exame dos princípios e doutrinas, e cuidadosa análise das mais importantes questões de aplicação. (REVISTA, 1944, p. 5).

Conhecer o que permeou a criação da RBEP, como ela foi pensada e desenvolvida, é importante para compreender o universo em que estava inserido o periódico e as ideias que o mesmo representava em suas edições. Ao analisar a proposta apresentada por Lourenço Filho referente à estrutura da revista, Dantas (2001, p. 170) destacou a seguinte divisão:

⁴ Os excertos de textos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) que se verão ao longo deste trabalho, a partir desta seção, podem eventualmente apresentar pontuação e ortografia esdrúxulas, devido ao fato de terem sido publicados entre as décadas de 1940 e de 1960, quando então vigoravam os Acordos e Reformas Ortográficas garantidas e reconhecidas pela legislação brasileira do período (Cf. Decreto nº 20.108, de 22 de julho de 1931; Decreto-lei nº 292, de 23 de fevereiro de 1938; e Decreto-lei nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943). O Acordo Ortográfico mais recente e em vigor no Brasil é o *Acordo Ortográfico de 1995* e seus respectivos *Protocolos de Modificação* (Cf. <<http://www.cplp.org/>>).

- I. artigo inicial (sobre assunto pedagógico de interesse geral, eventualmente do ministério);
- II. colaboração (“matéria muito seleta”);
 - a. artigos de pelo menos oito páginas sobre temas (colaboração sempre solicitada, puramente técnica);
 - b. conferências sobre assuntos educativos, ou de cultura geral;
- III. a educação no país;
 - a. resenha de atos e fatos de maior importância, no trimestre;
 - b. fatos e iniciativas (notícias mais particularizadas); no domínio federal; nos estados;
- IV. a educação no estrangeiro (informações ou comentários sobre fatos da vida educacional dos mais variados países);
- V. consultório pedagógico (respostas a consultas técnicas);
- VI. jornais e revistas (transcrições de trechos de artigos ou estudos de jornais e revistas nacionais e estrangeiras);
- VII. a opinião dos leitores (artigos de menor importância ou artigos menores);
- VIII. bibliografia pedagógica;
 - a. autores nacionais;
 - b. autores estrangeiros;
- IX. estatística cultural (últimos dados apurados, ou pequenos estudos sobre o desenvolvimento do ensino);
- X. legislação sobre a educação (atos oficiais, decretos-leis, decretos, portarias ministeriais, circulares de importância no trimestre anterior).

A proposta de Lourenço Filho sobre a organização da Revista em seções demonstra a dimensão que o periódico pretendia adquirir, evocando no artigo inicial uma discussão sobre tema de relevância geral e pedagógica, assim como destacando a importância da participação de colaboradores com textos seletos, de viés puramente técnico, e contribuições advindas de conferências sobre assuntos educativos ou cultura geral.

Lourenço Filho trouxe para a revista a possibilidade de discutir a educação no Brasil por meio de uma resenha dos *atos e fatos* de importância no trimestre; na mesma perspectiva uma abordagem sobre as notícias de forma mais particularizada no âmbito dos governos federais e estaduais.

Em uma seção específica, Lourenço Filho abordaria a educação no estrangeiro, possibilitando que o texto do periódico fizesse referência a informações ou comentários de fatos da vida educacional em diversos países.

Com o objetivo de atender ao público leitor da Revista, pensou-se em um espaço denominado de consultório pedagógico, que visava responder questões relacionadas a consultas técnicas; aquilo que, ao longo do trimestre, foi notícia nos jornais e revistas tinha um lugar reservado, com a possibilidade de transcrições de trechos de artigos ou estudos de jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Outro ponto de destaque consiste na participação direta dos leitores através de opiniões

emitidas em artigos menores: um espaço voltado para a bibliografia pedagógica de autores nacionais e estrangeiros.

A proposta de Lourenço Filho abarca também questões de ordem estatística referente aos últimos dados apurados, ou pequenos estudos sobre o desenvolvimento do ensino no Brasil; por fim, volta à atenção para a legislação sobre educação, com a divulgação de documentos oficiais de maior relevância no quadrimestre.

Sobre a divisão realizada na proposta do periódico que Lourenço Filho fez a Capanema, Dantas (2001) observou que o elemento realmente inovador estava presente nas seções “consultório pedagógico” e “opiniões dos leitores”:

O elemento realmente inovador na proposta do plano da revista educacional que Lourenço Filho apresenta a Capanema está em duas seções, “consultório pedagógico” e “opinião dos leitores”, que possibilitariam ao Instituto constituir um outro público dentro do grupo de professores e através das quais poderia ampliar sua área de influência junto aos professores, atingindo o grupo que estava mais preocupado com as questões escolares, deixando suas outras publicações concentradas nos administradores de ensino, pois abordavam assuntos que estavam mais vinculados à organização da administração do ensino do que a temas pedagógicos propriamente ditos. (DANTAS, 2001, p. 172).

O propósito da revista estava garantido em sua estrutura: a seção *Ideias e Debates*, – textos mais teóricos, mensagens presidenciais, vida educacional – com atos e fatos do campo educacional no Brasil e estrangeiro, e bibliografia.

Mais que difundir ideias, discutir o Estado e o poder, as edições da RBEP carregavam consigo intenções ambiciosas, que tenderiam a influenciar a mentalidade pública e a maneira de pensar a educação no Brasil. Se alcançou tal objetivo? Eis uma indagação que carece de amplo estudo para respondê-la. Algo é certo, contudo: operou mudança no povo e nos seus costumes, além de, certamente, ter contribuído não só na reflexão, mas também no esclarecimento dos grandes temas que permeavam a educação brasileira a época. Portanto, a RBEP, editada pelo INEP, não se destinava apenas a apresentar o movimento desse órgão, tendo como propósito maior a formação de uma “esclarecida mentalidade pública em matéria educacional”, conforme destacado no Editorial do primeiro número da revista:

Com este propósito é que se apresenta esta publicação, animada do sincero desejo de contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria educacional; para dar reflexo às idéias do professorado brasileiro de todos os níveis e ramos do ensino; para registrar, enfim, os rumos da pedagogia brasileira na fase, em que se encontra, de viva renovação e de clara afirmação social. ("Editorial", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, Inep, vol. I, nº 1, p. 6, julho de 1944).

Considerando o marco temporal que a Revista foi editada e os inúmeros desafios que o mundo enfrentava com o advento da Segunda Grande Guerra, pequeno não era o desafio de conseguir alcançar a *formação de uma mentalidade pública esclarecida em matéria educacional*, por meio de um periódico com ideias ousadas e contemporâneas para um Brasil que ainda carregava consigo um ranço do período colonial. Ora, mesmo que essa consciência de novos deveres tenha sido apresentada de forma clara ao professorado nacional, o desafio maior consistia em implementar tal política. Nessa perspectiva, o primeiro Editorial da RBEP encerra-se com uma citação do então Presidente Getúlio Vargas, afirmando:

"é na educação que havemos de encontrar sempre o mais poderoso instrumento para fortalecer a nossa estrutura moral e econômica", e, assim, que, "todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade e prepará-la para o futuro". ("Editorial", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, Inep, vol. I, nº 1, p. 6, julho de 1944).

É possível identificar que, pelo menos no discurso, o presidente estava alinhado com uma nova mentalidade pública em matéria educacional, demonstrando a importância de concentrar esforços para assegurar às futuras gerações uma certeza de dias melhores.

Logo, a revista revelou seu propósito, tornando-se uma arena para discussões científicas que envolveram diversos ramos do saber, caminhando não somente pelos meandros da educação, mas também da filosofia, antropologia, ciência política, dentre outros.

Com esse viés diversificado, percebe-se assim que a linha editorial da RBEP possuía um caráter disciplinador ao determinar que o seu propósito fosse o de "formar uma mentalidade pública esclarecida em matéria de educação", priorizando uma linha editorial temático-transdisciplinar. A leitura do periódico permitiu ainda considerar que na revista se discutia temas que permeavam o Estado como um todo, almejando estudar os fenômenos sociais de um país continental.

A marca que converte a revista em um repositório de estudos e pesquisas, os quais anunciariam os caminhos que a educação nacional deveria seguir, é destacada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde:

E a publicação que agora se inicia, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, se apresenta como um instrumento de indagação e divulgação científica. como um órgão de publicidade dos estudos originais brasileiros de biologia, psicologia e sociologia educacionais e também das conclusões da experiência pedagógica dos que, no terreno da aplicação, trabalham e lutam pelo aperfeiçoamento da vida escolar de nosso país. (CAPANEMA, 1944, p.4).

Mantida essa perspectiva, o título da principal seção da Revista é emblemático. Em um primeiro momento a seção é intitulada *Ideias e Debates*, o que revela a dimensão daquilo que se está a propor, especialmente no que se refere à “formação de uma mentalidade”. Passados 16 anos da publicação do primeiro número e supondo-se que tal mentalidade já estaria formada, a seção passou a ser designada pelo título *Estudos e Debates*⁵, revelando com isso o principal traço que marcou a gestão Anísio Teixeira, qual seja, a ênfase na pesquisa e no uso da ciência como principal elemento para o entendimento dos problemas educacionais nacionais.

Conhecer a RBEP foi importante e compreender o personagem central deste trabalho é fundamental, o próximo movimento é neste sentido.

Anísio Spínola Teixeira: alguns passos da história do educador

Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, Bahia, no dia 12 de julho de 1900. Filho de uma família tradicional, tendo seu pai forte influência política na região, iniciou sua formação educacional no Colégio São Luís Gonzaga que pertencia à ordem dos jesuítas, continuando sua formação básica no também colégio jesuíta Antônio Vieira, já em Salvador; posteriormente cursou Direito no Rio de Janeiro, diplomando-se em 1922.

Influenciado pela formação religiosa, cogitou iniciar-se na ordem dos jesuítas, opção esta que foi rechaçada por seu pai, que cogitava para o filho a carreira política

⁵ A seção *Ideias e Debates* é renomeada no ano de 1960, ainda durante a gestão de Anísio Teixeira, passando a ter o título de *Estudos e Debates*. (Cf. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, n. 79, v. 34, jul./set., 1960).

em detrimento da religiosa. Ao preterir a vida sacerdotal, Anísio Teixeira iniciou sua trajetória à frente de importantes cargos públicos.

De acordo com Monarcha (2001), Anísio Teixeira iniciou suas atividades de administrador, em 1924; de volta à Bahia, assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino a convite do governador Francisco Marques de Góes Calmon, sendo esse cargo o marco para uma carreira pautada nas questões pedagógicas e da administração pública, e para a oportunidade que Anísio teve para realizar a primeira grande reforma no sistema educacional do Estado da Bahia.

Em 1927, fez sua primeira viagem aos Estados Unidos da América, em 1928 publicou *Aspectos americanos de educação*, sobre suas observações na América do Norte; em meados de 1928, retornou à América, período em que se aproximou de John Dewey e William Heard, educadores e sociólogos americanos que muito influenciaram as ideias educacionais no mundo, na primeira metade do século XX. Em 1930, o educador baiano traduzia ensaios de Dewey.

Anísio Teixeira assumiu o cargo de diretor-geral do Departamento de Educação e Cultura do Distrito Federal, a convite do prefeito Pedro Ernesto Batista, permanecendo na função de 1931 até 1935, período que colocou em prática sua segunda reforma educacional, então em âmbito nacional, o que lhe projetou nacionalmente. Em 1932, fundou o Instituto de Educação e assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

No período do Estado Novo, de 1937 a 1945, Anísio Teixeira afastou-se da vida pública, por não compactuar com as ideias do regime, dedicando-se a atividades empresariais. Em 1946, a UNESCO convidou ele para assumir a função de Conselheiro de Ensino Superior, atribuição que aceitou em caráter experimental.

Segundo Monarcha (2001), o educador retornou à gestão da administração educacional a convite de Otávio Mangabeira, de 1947 a 1951, período no qual foi secretário de Educação e Saúde da Bahia; e encampou uma luta a favor da garantia de direitos educacionais, sugerindo a inclusão de um capítulo dedicado à Educação e Cultura no texto da Constituição do Estado da Bahia.

Em 1951 a convite do então ministro da educação, Ernesto Simões da Silva Filho, assumiu a Secretaria-Geral da Campanha-posterior Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes), órgão responsável por impulsionar os cursos de pós-graduação no país. Em 1952, assumiu o cargo de diretor do INEP.

Considerando a extensa biografia e o teor das ideias do educador baiano, em especial naquelas contidas no texto do Manifesto de 1932, a gestão à frente do INEP foi um passo importante na carreira de Anísio Teixeira proporcionando colocar a teoria em prática. O cargo de diretor do INEP constituiu a função mais relevante ocupada pelo educador ao longo de sua vida pública, no qual permaneceu por 12 anos.

Anísio Teixeira foi o intelectual com mais textos publicados na seção *Ideias e Debates*, da RBEP, no período de 1952 a 1964: ao todo, foram 34. Somam-se a esses textos, os publicados na forma de Editorial, 17 ao todo, nos 12 anos em que a revista esteve sob a sua responsabilidade direta como diretor do INEP.

Na década de 1990, em um ato de reconhecimento da importância de sua ação no desempenho do cargo, o INEP passou a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Com o advento do golpe e a instalação do governo militar, em 1964, o professor Anísio Teixeira foi afastado de suas funções no dia 27 de abril daquele ano e aposentado compulsoriamente. No ano de 1971, a vida de Anísio Teixeira foi misteriosamente⁶ encerrada em um poço de elevador.

⁶ A morte de Anísio Teixeira permanece cercada de mistérios. A possibilidade de o educador ter sido assassinado tem ganhado contornos cada vez mais nítidos, em 2016. (Cf. <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=922>>)

CAPÍTULO I – A FALA DE ANÍSIO TEIXEIRA E O ANÚNCIO DE UM PERCURSO A FRENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Este capítulo se dedica à análise do discurso proferido por Anísio Teixeira, ao tomar posse como presidente do INEP⁷. O documento foi publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) em 1952⁸ e foi utilizado como o anunciador do percurso de Anísio Teixeira frente ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O professor Anísio Teixeira tomou posse no cargo de Diretor do INEP no dia 11 de julho de 1952 em substituição ao Dr. Murilo Braga de Carvalho, que faleceu em acidente aéreo.

Analisar o discurso de posse de Anísio Teixeira é fazer um exercício além da literalidade do texto proposto, significa buscar compreender quais as ideias propostas pelo educador e seus anseios.

A partir de seus escritos, algumas indagações se colocaram de pronto, especialmente duas questões específicas, quais sejam, a marca do ‘pioneiro da educação’ se evidenciou no momento em que anunciava as questões que seriam basilares de sua gestão? Quais as origens das ideias transcritas neste discurso preambular? A resposta a essas questões objetivou auxiliar na compreensão da dimensão da ação de Anísio Teixeira a frente do INEP.

Após proferir as saudações formais, Anísio Teixeira destacou estar aceitando o cargo como uma imposição do seu dever de educador; seu pensamento era de que aquele momento nacional vivido pelo país exigia grandes decisões e que por isso não poderia recusar-se a servir a pátria. Destacou sua preocupação ao longo dos anos com os problemas educacionais como um dos motivos ensejadores para que fosse convidado a assumir tão distinto posto; no entanto foi o espírito de educador que prevaleceu para que o educador tomasse a decisão de assumir o cargo, conforme ressaltou no discurso.

Anísio Teixeira destacou, de forma introdutória, questões como o êxodo rural e a tentativa de industrialização, dentre os problemas que marcam o país:

⁷ O INEP foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. (Cf. <<http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>>).

⁸ Cf. DISCURSO de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu rol de consequências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira. (TEIXEIRA, 1952, p. 70).

Como se sabe em 1932, já era preocupação dos Pioneiros da Educação Nova a transição do modelo educacional brasileiro, no sentido de se pensar um caminho para universalizar o ensino, garantindo oportunidades aos necessitados. No entanto, o que ocorria na prática era a formação de bolsões de marginalizados nas periferias dos grandes centros; o Brasil não possuía capital humano qualificado para realizar de forma definitiva a transposição de um modelo agrícola para um modelo industrial, tendo sido esta a preocupação, por décadas, conforme observado por Anísio Teixeira, 20 anos após o advento do Manifesto.

Para o período, a industrialização representou progressos de ordem financeira, moral e social; no entanto, o progresso representou também inconvenientes, afirmando valores individuais em detrimento de uma convivência coletiva, isto é, uma possível perda do senso de comunidade, situações que levaram a um descaso com os valores morais denominados por Anísio Teixeira como uma “excitação vazia”.

Na perspectiva apresentada pelo diretor do INEP, a inexistência de um sistema nacional de educação contribuiu para o agravamento dos problemas educacionais do Brasil: as ações se davam de forma isolada e as práticas eram pensadas com limitações regionais, o que impediu o país de adotar um modelo educacional único, com ações uniformes para atender a maioria da população.

Essa ideia ganha destaque quando fica evidenciado que passadas mais de seis décadas da proclamação da República, não havia sido criado um sistema comum e sólido de educação popular no país, exigindo do Estado medidas legais e institucionais, sendo que tais medidas deveriam assentar-se:

(...) em um robusto e consistente sistema de educação pública. Temos, assim, de realizar, simultaneamente, as "reformas de base", inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meado do século vinte. (TEIXEIRA, 1952, p. 70).

A referência à necessidade de realização de uma ampla reforma educacional, ideia central defendida pelos pioneiros da educação nova, foi retomada por Anísio

Teixeira em seu discurso de posse no INEP, demonstrando, com isso, que essa ideia permaneceu no horizonte do reformador de outrora.

Anísio Teixeira destacou que, em meados do século XX, os problemas mostraram-se mais inflacionados do que pareciam, necessitando o país realizar reformas estruturais e essenciais para o desenvolvimento; enfrentando não só o modelo latifundiário advindo do período colonial, como também medidas capazes de proporcionar ao seu povo um modelo educacional justo e igualitário, algo inexistente até aquele momento.

O contexto social da época fez com que o país enfrentasse uma crise constante e latente, o que exigiu que as instituições nacionais adotassem um comportamento ousado para superar esses desafios. Nesse sentido, Anísio Teixeira destacou:

Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos. Com efeito, não podemos olhar para escola, hoje, como se fosse ela apenas aquela pacífica e quieta instituição, que crescia, paralelamente à civilização, nas mais das vezes com um retardamento nem sempre prejudicial sobre as suas mudanças, mas, sempre, cheia de vigor e rigor moral e até, não raro, excessiva em sua preocupação de formar e disciplinar o futuro homem. (TEIXEIRA, 1952, p. 71).

Um dos elementos responsáveis pelo agravamento da crise foi o crescimento populacional, ocasionando uma ação desordenada e contraditória sob a perspectiva educacional e, conseqüentemente, trazendo à tona problemas crônicos do ensino nacional.

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer. Cultivava-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande erro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam *educar-se* e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeria aquela educação. (TEIXEIRA, 1952, p. 72).

A análise da situação educacional do Brasil, feita por Anísio Teixeira, revelou a existência de um modelo que mais excluía do que incluía. Este modelo, na perspectiva apresentada pelo diretor do INEP, não era voltado para assegurar formação para aqueles que efetivamente trabalhavam, mas sim para privilegiar uma pequena casta social, que enxergava no conhecimento uma opção de lazer para satisfazer seu ego. Prevaleceu a visão ultrapassada de que aqueles que

trabalhavam não precisavam estudar, de modo que se relacionava estudo a apenas alguns trabalhos sociais e públicos que demandavam certo grau de conhecimento — pensamento colonial ultrapassado que, em nada, contribuiu para o desenvolvimento laboral do país.

A formação de uma nova mentalidade em matéria educacional, idealizada com a RBEP, mostrava-se necessária, sendo que o panorama traçado por Anísio Teixeira em 1952 vislumbrava um modelo capaz de produzir conhecimento suficiente para que o país se tornasse desenvolvido e assim superasse os gargalos existentes. Essa situação é a mesma descrita no Manifesto, de 1932, quando se aponta que:

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. (REVISTA HISTEDBR..., 2006, p. 188).

Na mesma linha proposta no texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 Anísio Teixeira tinha consciência de que era necessário um rompimento com o *status quo*, para assim conseguir desenvolver um modelo educacional associado a ideais democráticos capazes de assegurar direitos à sociedade moderna. Tal pensamento encontra guarida na obra de Anísio Teixeira, conforme indica o trecho abaixo:

Cumpria criar algo em oposição a tendências viscerais de uma sociedade semi-feudal e aristocrática, e para tal sempre nos revelamos pouco felizes, exatamente por um apego a falsas tradições, pois não creio que se possa falar de "tradições" coloniais, escravocratas, feudais num país que se fez livre e democrático. (TEIXEIRA, 1952, p. 72).

Ao fazer referência ao movimento de reconstrução educacional, o Manifesto destaca a necessidade de um possível rompimento com o que existia até então, visando à reconstrução do modelo educacional e à solução dos problemas existentes.

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 189).

Ao criticar o ensino como um todo, Anísio Teixeira não teceu uma crítica com caráter unicamente de desconstruir, mas carregou em seu discurso uma gama de possíveis soluções a serem viabilizadas, com o propósito de encontrar soluções para alguns problemas que advinham do período colonial.

Todo o ensino sofria, assim, dessa diátese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo vazio e inútil. A luta contra esse tipo de ensino sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. Uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em São Paulo e no Rio, o esforço por uma verdadeira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. (TEIXEIRA, 1952, p. 72).

Em outras palavras, tanto no texto do Manifesto quanto no discurso de posse de Anísio Teixeira, pensava-se em um modelo voltado para a reconstrução da nação brasileira (já na década de 30 era possível identificar um verdadeiro programa de reforma educacional) e buscava-se a recuperação da escola; mesmo diante de uma nítida expansão quantitativa, lutou-se para melhorar a qualidade da formação escolar.

Anísio Teixeira observou, em seu discurso, que o sistema todo estava comprometido, com problemas do ensino primário ao superior; tratava-se de um modelo que prosperava em um universo de incógnitas, de modo que era impossível prever quais resultados seriam alcançados, considerando-se que o tempo tenderia a acentuar os problemas existentes.

Em uma crítica contundente ao modo de operar da política brasileira, referindo-se especialmente ao campo educacional, Anísio Teixeira declarou:

Está claro que tal educação não instrui, não prepara, não habilita, não educa. Por que, então, triunfa e prospera? Porque lhe restam ainda duas saídas, sem esquecer a singular versatilidade brasileira, que nos torna capazes de passar por cima de deficiências educacionais as mais espantosas. [...] As duas saídas têm sido e são ainda: a alargada poria da função pública e as oportunidades também ampliadas da produção brasileira, uma e outras sem maiores exigências ou padrões de eficiência. (TEIXEIRA, 1952, p. 74).

A partir da compreensão da ideia de Anísio Teixeira é possível concluir que o aumento significativo no número de empregos, seja no poder público ou na iniciativa privada, e o baixo índice de produtividade do brasileiro em qualquer dos setores, constituíram fatores que fizeram com que vivêssemos uma simulação educacional cuja eficiência relegou-se a um segundo plano.

Anísio Teixeira aprofundou sua crítica ao referir-se aos candidatos reprovados nos vestibulares das escolas superiores e nos concursos de cargos públicos e de organismos para empresas estatais e privadas; esse cenário de reprovações refletia na sociedade, indicando as deficiências apresentadas pelas escolas.

O educador destacou ainda que o resultado final era fruto de um trabalho que deveria ter sido desenvolvido ao longo da vida acadêmica do aluno; resultados negativos, conforme os mencionados, representavam problemas estruturais que não haviam sido resolvidos, criando uma sensação de insatisfação frente aos resultados alcançados. Com o propósito de solucionar os problemas, o que deveria ser combatido era o crescimento de escolas de forma desenfreada, porque isso não representava crescimento e sim uma dissolução do que existia até então, já que o progresso possui um caminho que envolve etapas que devem ser observadas para alcançar resultados concretos.

Anísio Teixeira, após tecer críticas ao modo como a educação brasileira estava organizada, considerou que o crescimento, da forma como estava ocorrendo, poderia comprometer até mesmo o que já havia sido construído até então. O educador afirmou que não era possível construir escolas sem professores, muito menos improvisar, independentemente do nível de ensino. Ora, primeiro era preciso formar professores, construir escolas voltadas para a formação destes profissionais. Também não podemos fazer escolas sem livros, caso contrário todas as etapas do ensino tenderiam a ficar comprometidas.

Para o educador, o ponto de luz no fim do túnel consistia na elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases, a cargo do Congresso Nacional, que, voltada para os princípios constitucionais, poderia fazer com que o Ministério da Educação recuperasse o seu protagonismo de liderança estimuladora e criadora de educação.

Sob essa perspectiva, Anísio Teixeira destacou que as funções do INEP deveriam ganhar amplitude, buscando tornar-se uma referência para o magistério nacional na busca de se alcançar a formação de uma consciência educacional comum:

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e todas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil. (TEIXEIRA, 1952, p. 77).

Logo, os estudos do INEP poderiam influenciar na criação de um movimento de consciência nacional, elementar para a reconstrução escolar no Brasil, suplantando argumentos opinativos que emitiam julgamentos sem base teórica sobre a educação, por argumentos técnico-científicos capazes de contribuir positivamente para a tomada de decisões.

Nesse momento do discurso, mais uma vez, é possível identificar a convergência de pensamentos entre o texto do Manifesto, com destaque para a necessidade de reconstruir o atual modelo através de ideais defendidos pelos que acreditavam em um movimento de renovação educacional. Em consonância com as questões mencionadas estão as ideais contidas na criação da RBEP, com o intuito de formar uma nova mentalidade em matéria de educação pública, conjuntamente com os propósitos defendidos pelo INEP, voltados para a pesquisa educacional. Neste sentido, o Manifesto assevera:

No plano de reconstrução educacional, de que se esboçam aqui apenas as suas grandes linhas gerais, procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o atual sistema (se é que se pode chamar sistema), caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo, e cada um dos quais deve ter o seu "fim particular", próprio, dentro da "unidade do fim geral da educação" e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 196).

Dessa maneira, era possível revelar ao país não só o quantitativo de escolas, mas também a qualidade de cada uma delas, o tipo de ensino que ministram e os resultados alcançados, sejam no ensino primário, secundário ou superior. Com um planejamento envolvendo o sistema educacional como um todo, Anísio Teixeira destacou que:

Com tal planejamento, estaremos prosseguindo ao estudo objetivo da educação e lançando as bases de nossa ciência da educação. Uso esta

palavra — ciência — com extremo cuidado, porque, entre nós, dela se vem abusando, como não menos, da palavra técnica. (TEIXEIRA, 1952, p. 79).

Logo, a nova consciência educacional, voltada para uma política de planejamento, iria contribuir para a formação das bases da ciência da educação, capaz de definir um caminho estrutural para suplantando os problemas existentes:

A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. (TEIXEIRA, 1952, p. 79).

Anísio Teixeira ressaltou também, em seu discurso, conforme demonstrado na citação acima, o critério científico como norteador do caminho que poderia seguir durante sua gestão, embora tenha ressaltado que a ciência não iria fornecer receitas para as soluções dos problemas, mas antes poderia indicar um caminho a ser seguido; caminho difícil, mas possível, desde que se tivesse consciência da caminhada que deveria ser realizada e dos obstáculos que deveriam ser vencidos.

Na fala do diretor do INEP, ficou evidenciado que as práticas educacionais existentes no Brasil naquele momento careciam de maiores estudos, ou seja, quase tudo ainda estava por ser elaborado, sendo essa uma árdua tarefa do desafio a ser superado:

A tarefa é grande. Mas, para tarefas dessa ordem, os ingredientes são a humildade e a fé. E isto creio que teremos todos os que já trabalham e os que vamos trabalhar no Instituto, pois a humildade advém-nos da precariedade de nosso conhecimento real das coisas do ensino no Brasil e a fé, de nosso amor por êle. (TEIXEIRA, 1952, p. 79).

As palavras de Anísio Teixeira demonstraram inteira concordância com o texto do Manifesto:

Não alimentamos, de certo, ilusões sobre as dificuldades de toda a ordem que apresenta um plano de reconstrução educacional de tão grande alcance e de tão vastas proporções. Mas, temos, com a consciência profunda de uma por uma dessas dificuldades, a disposição obstinada de enfrentá-las, dispostos, como estamos, na defesa de nossos ideais educacionais, para as existências mais agitadas, mais rudes e mais fecundas em realidades, que um homem tenha vivido desde que há homens, aspirações e lutas. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 202)

A democracia é abordada como um programa a ser trabalhado e que se impões de grandes e desafiadores deveres; em um primeiro momento, foi colocado como um desafio aos pioneiros que almejavam uma educação nova e, num segundo momento, um desafio prático para o diretor do INEP, um dos pioneiros signatários do Manifesto.

O capítulo a seguir demonstra as mudanças pretendidas pelo educador, através dos estudos dos Editoriais da RBEP durante a gestão de Anísio Teixeira a frente o INEP (1952-1964), sem deixar de resgatar as origens dessas ideias. Com esse objetivo, os Editoriais foram divididos em três blocos temáticos que serão estudados no curso desse trabalho.

CAPÍTULO II – OS EDITORIAIS: ANUNCIADORES DA MUDANÇA PRETENDIDA

A função de um editorial⁹, no corpo de um periódico, é a de anunciar ao leitor não apenas a posição do periódico, como também de preparar o leitor para aquilo que se está a anunciar ou defender. No caso da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, essa função é patente quando se observa a ordem do título dos editoriais publicados na revista ao longo do período em análise.

No período de 1952 a 1964, foram publicados 48 números da RBEP, mas somente 17 números apresentava a seção Editorial¹⁰, na abertura da revista. No ano de 1952, são publicados três editoriais: *Reconstrução Educacional*; *Unidade Nacional e Educação*; e *Lei e Educação*. Passados oito anos, foi publicado, em 1960, um editorial sob o título *A Educação comum do homem moderno*. A partir do ano de 1961, todos os números da revista passaram a publicar editoriais; sendo que, em 1961, temos os seguintes: *Programa Educacional da Mensagem ao Congresso*, *Custo mínimo da educação primária por aluno*, *Expansão do ensino superior no Brasil*, e *Plano Nacional de Educação*.

Em 1962, foram publicados os editoriais *A vitalização da Universidade brasileira*; *A valorização do Homem*; *Educação e Desenvolvimento Econômico*; e *A Mensagem de Rousseau*. No ano de 1963, foram publicados quatro editoriais, respectivamente: *Plano Trienal para Educação*; *Revolução e educação*; *Institutos Universitários e Pesquisa Científica*; e *Lei de Diretrizes - Reforma de Base da Educação Nacional*. No ano de 1964¹¹, Anísio Teixeira publicou apenas um número da revista antes de sua saída do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), cujo editorial recebe o título de *Educação e Descentralização*. Sua saída do Instituto ocorreu devido à perseguição que sofria por parte do governo autoritário da época, conforme observa:

⁹ De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, editorial “é o artigo que exprime a opinião oficial de um jornal”. Para o dicionário Houaiss Online, o editorial “é um artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe”.

¹⁰ Cf. Anexo A, na página 97, para a relação completa dos títulos dos editoriais publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), entre 1952 e 1964.

¹¹ O ano de 1964 é um ano chave na história do Brasil, pois está relacionado ao Golpe Militar e a instauração do regime militar contra o governo legalmente constituído de João Goulart. (Cf. <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>).

Com a instalação do governo militar, em 1964, o professor Anísio Teixeira foi afastado de suas funções no dia 27 de abril daquele ano, e aposentado compulsoriamente. Com autorização especial do presidente, marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964- 1967), embarcou para os Estados Unidos, atendendo aos convites das Universidades de Colúmbia (1964), Nova Iorque (1965) e da Califórnia (1966), para lecionar como professor visitante. (BIBLIOGRAFIA. 2001, p. 207).

Aqui podem ser percebidos dois momentos durante a gestão de Anísio Teixeira no INEP, em que se intensificaram a publicação de editoriais¹² na RBEP. O primeiro deles tão logo Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP, no ano de 1952. Em um segundo momento, iniciado em 1961, a seção Editorial passou a compor todos os números da revista¹³. Não por acaso, foi esse o momento de intensificação dos debates em torno do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estava a tramitar no Congresso Nacional seguido do período de implantação da referida Lei.

Se o propósito da Revista era, desde sua criação, construir uma mentalidade pública esclarecida em matéria de educação, pode-se admitir que, no momento em que Anísio Teixeira assumiu a direção do INEP, era de fundamental importância apresentar os elementos que dariam fundamento à organização da educação nacional e, mais adiante, se fazia premente pôr em cena temas que estavam no cerne das discussões a propósito da LDB — projeto esse já anunciado e defendido pelos Pioneiros da Educação Nova de 1932, grupo a que Anísio Teixeira se filiava.

Considerando a sequência em que se deram as publicações dos editoriais na RBEP, para efeito de análise optei por determinar três blocos temáticos, dos quais o primeiro abrange os editoriais que anunciam as questões gerais que devem balizar a educação do homem moderno; são quatro: *A Mensagem de Rousseau* (1962); *A educação comum do homem moderno* (1960); *Revolução e educação* (1963); e *A valorização do Homem* (1962).

No segundo bloco de editoriais são anunciadas as bases em que se deve assentar a educação nacional. Nesse bloco, constam nove editoriais, quais sejam: *Reconstrução Educacional* (1952); *Unidade Nacional e Educação* (1952); *Lei e Educação* (1952); *Programa Educacional da Mensagem ao Congresso* (1961); *Lei de Diretrizes - Reforma de Base da Educação Nacional* (1963); *Plano Nacional de*

¹² Não foram encontradas as edições da RBEP com os seguintes editoriais: *A valorização do Homem* (1962); *Plano Nacional de Educação* (1961); *Expansão do ensino superior no Brasil* (1961); e *A vitalização da Universidade brasileira* (1962).

¹³ No período anterior a Anísio Teixeira, os editoriais eram publicados a cada número.

Educação (1961); *Plano Trienal para Educação* (1963); *Educação e Descentralização* (1964); e *Custo mínimo da educação primária por aluno* (1961).

O terceiro e último bloco temático é composto por quatro textos que abordam a pesquisa e a ciência como elemento fundamental para o progresso do país; são eles: *Expansão do ensino superior no Brasil* (1961); *A vitalização da Universidade brasileira* (1962); *Educação e Desenvolvimento Econômico* (1962); e *Institutos Universitários e Pesquisa Científica* (1963).

Passamos agora a análise dos blocos conforme roteiro definido anteriormente.

2.1 UM NORTE A SE SEGUIR: A EDUCAÇÃO DO HOMEM MODERNO

O primeiro editorial do grupo é intitulado *A Mensagem de Rousseau* e foi escrito por Anísio Teixeira. O texto visava facilitar a compreensão sobre as questões gerais que permeavam a educação do homem moderno e diversos fatores possíveis que poderiam influenciar a formação deste homem.

O editorial *A Mensagem de Rousseau* destacou que a sociedade moderna do ocidente sofreu forte influência da obra e pensamentos de Jean-Jacques Rousseau, considerando que o filósofo genebrino ressaltou o quanto o homem necessitava da educação para sua formação e vida social em sua obra, de modo que essa relação entre a formação educacional tornou-se uma determinante para a formação humana. No mesmo editorial, Anísio Teixeira destacou que Rousseau mostrou a relação de dependência existente entre o homem e a educação e o quanto o homem depende da educação para a construção do seu conhecimento e formação social.

Rousseau foi um desses raros pensadores que à originalidade de pensamento souberam dar a graça da arte. Nada ajuda tanto a perenidade de uma mensagem. Por isto estamos todos, duzentos anos depois do *Émile*, a lembrar a contribuição extraordinária de nos haver mostrado quanto depende o homem da educação para a sua formação e vida social. (TEIXEIRA, 1962, p. 3).

Anísio Teixeira desenvolveu uma relação entre o pensamento de Platão e Rousseau, sobre a formação do ser social relacionada com a educação recebida. É possível observar como ambos enxergavam a sociedade ideal formada por seres sociais: Platão imaginou uma sociedade ideal de vida, estratificada em classes; já

Rousseau defendeu a ideia de uma sociedade onde cada indivíduo pode receber a educação de um príncipe. Quanto aos meios para se alcançar os resultados, observa-se:

Ambos, não se esqueça, são reformadores da ordem vigente e não lhes poderemos julgar as contribuições ao pensamento humano sem levar em conta essa circunstância. A sociedade platônica teria a sua realização dependente do acaso dos filósofos se fizerem reis e a de Rousseau de cada indivíduo poder receber a educação de um príncipe. Nenhum dos dois chega efetivamente a mostrar como estes dois milagres se poderiam concretizar. (TEIXEIRA, 1962, p. 3).

Conforme é possível observar, Anísio Teixeira propôs uma análise teórica de suas ideias no anseio de encontrar respostas, o texto do editorial fez indagações: Como realizar uma sociedade universal, livre e progressiva? Que instituições ou organizações iriam concretizá-la?

Tudo se apresenta mais complexo que o universo que permeia o homem moderno, levando-nos ao campo da imaginação, o que é possível observar quando Anísio Teixeira cita o pensamento de Rousseau:

A hostilidade a ordem vigente levava-o a imaginar uma reforma social apenas negativa. Tudo consistiria em reduzir ao mínimo as restrições da organização social. A humanidade do seu sonho somente poderia, entretanto, fundar-se numa perfeitíssima educação de cada indivíduo. Como consegui-la? Quem iria fazê-la? O próprio indivíduo, diriam pouco depois os filósofos individualistas, excluindo a educação dos deveres do Estado. Sendo o indivíduo a sede e a fonte de tudo, só os próprios particulares poderiam efetivá-la. Como isto se poderia fazer para todos os indivíduos, não ficava claro nem se tornou possível. (TEIXEIRA, 1962, p. 4).

As respostas, no primeiro momento, passaram exclusivamente sob a perspectiva de uma ação estatal; no entanto, ao se pensar o tema de forma prática, excluiu-se o dever estatal transferindo a responsabilidade para cada indivíduo na visão dos filósofos individualistas. O texto do editorial aborda que os idealistas germânicos procuravam soluções através da forma da natureza humana, considerando que o Estado poderia intervir na liberdade humana:

Da sociedade universal, do homem membro da humanidade, passamos à sociedade nacional e o homem, súdito do Estado. A educação se faz pública e uma das funções supremas do Estado. São estas as três fases por que passa o pensamento humano, desde que Platão descobre a natureza humana e a sua variedade e percebe a necessidade de educá-la adequadamente, para uma organização social justa. Rousseau reencontra a natureza humana, percebe-lhe a ilimitada variedade individual e imagina a

sociedade estendida a toda a humanidade e contida apenas por singelíssimos Estados-gendarme, conseqüentes do Contrato Social. O idealismo germânico percebe que essa natureza humana somente se realizaria por meio das instituições sociais, instrumentos da efetivação de suas liberdades, e daí parte para o Estado como algo de absoluto. (TEIXEIRA, 1962, p. 4).

As fases mencionadas se complementam formando uma ideia única, sendo a educação o caminho exclusivo capaz de fazer com que o homem moderno possa conseguir alcançar o ideal de justiça social. Anísio Teixeira concluiu o editorial enaltecendo o pensamento democrático moderno e suas raízes intelectuais, com destaque para a atualidade do pensamento de rousseauriano.

Este pensamento democrático moderno tem assim as suas raízes imersas no solo intelectual que construíram Platão, Rousseau, Kant, o idealismo alemão, e afinal John Dewey. Todos eles se somam para a nossa visão de hoje do homem livre e da sociedade democrática. A atualidade de Rousseau está em que, mais do que ninguém, viu o homem e previu a educação do cidadão. Hoje vemos o homem e o cidadão e a educação do cidadão e do homem, um não contrariando o outro, mas mutuamente se fecundando, no jogo múltiplo do pluralismo social do Estado democrático. (TEIXEIRA, 1962, p. 5).

Após uma abordagem filosófica, o segundo editorial do bloco não possui autor identificado e versa sobre a *A educação comum do homem moderno*, onde se destaca que os períodos em que a humanidade mais criou não coincidiram com os períodos de civilização, representando a civilização uma estagnação sob a perspectiva da criação:

É com a "civilização" que se mergulha na grande estagnação. A grande criação que tornou possível a "civilização" — mesmo ela, de certo modo, anterior à "civilização" — foi a da escrita. Mas é curioso que mesmo essa descoberta não tenha aumentado a capacidade de descobrimento da humanidade. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 3).

O editorial evidencia que os escribas, na época, não fizeram mais do que registrar o que existia na civilização, sendo que o período aproximadamente entre 400 anos a.C. e o século XVI d.C. não registra invenção que pudesse ser denominada de revolucionária; o que não implica dizer que a sociedade ficou estática nesse intervalo:

A civilização faz-se suntuária, espetacular mesmo, desenvolve grandes confortos materiais, certas atividades artesanais se expandem e se aperfeiçoam, certo número de pessoas chega à riqueza, mas nenhuma

grande descoberta revolucionária ocorreu durante este longo período de civilização, que, entretanto, se inicia com a maior de todas as descobertas, a descoberta propriamente do pensamento humano, da arte de pensar racionalmente, que nos trouxeram os gregos. Mas a arte de pensar não nos deslumbrou com a invenção, senão com a revelação, a contemplação e quiçá a compreensão do que já o senso comum nos trouxera. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 4).

Nesse universo, que permeia o pensamento humano e a arte de pensar racionalmente, o texto do editorial fez menção ao papel das escolas que não foram pensadas para estimular sequer a descoberta do conhecimento, mas para conservá-lo através de um ensino de forma fiel e exato, de modo que as escolas eram tidas como instituições voltadas para a guarda e conservação da cultura humana.

A partir do século XVI, abriu-se espaço para o método experimental de pensar:

O método experimental de pensar abria, com efeito, uma era nova no pensamento humano. A escola, já agora, quando perfeita, não ensinaria apenas o sabido, mas ensinaria a pesquisar e, pela pesquisa, a descoberta do novo. Se o progresso humano fosse algo de fácil e sincrônico, todas as escolas se teriam, desde então, de se transformar. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 4).

No entanto, o que se almejava não aconteceu. As escolas permaneceram zelosas transmissoras do saber existente, a tal ponto que, mal se podia falar em ciência experimental nas universidades e escolas brasileiras, mas o método experimental fez-se um transformador da cultura:

O método experimental, entretanto, criado no século XVI, fêz-se um transformador da cultura. Esta se fêz mutável e dinâmica. E dentro de algum tempo alterou as próprias formas do trabalho humano. Introduziu a máquina e com a máquina- a divisão do trabalho. Com a divisão do trabalho, sua organização em forma cada vez mais complexa e mais impessoal, daí sobrevindo duas mudanças fundamentais: a primeira, a necessidade de inteligência altamente treinada para organizar o trabalho; e a segunda, a relativa simplicidade do treino para o operário. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 4).

É destacado que o trabalho foi um elemento balizador para a educação do homem moderno, realizando a transposição de um modelo artesanal para um modelo industrial, em que o trabalho era reduzido à “mão de obra”; e cujos padrões de alta organização, que hoje representam um fracionamento do trabalho humano, de modo que cada trabalhador especializou-se em determinado segmento sem dominar a processo de produção como um todo.

O editorial trouxe como solução a possibilidade de passar do racionamento para a orquestração, transformando o trabalho em série em um trabalho tal qual o de uma orquestra; para se conseguir o grau de organização e satisfação existente em uma orquestra, porém, é necessário se adotar algumas medidas:

Para isto é que teremos de dar a cada um educação tão longa quanto a que sempre reservamos para aqueles a quem caberia não somente fazer, como compreender. Nos dias de hoje, há, pela primeira vez, possibilidade para isto. A automação virá acabar com o operário antigo, com a chamada "mão-de-obra". Com as máquinas inteligentes e complexas de hoje, o operário não é "mão-de-obra", mas "cabeça", "mente" de obra. Serão em menor número, mas muito mais educados. Trabalharão sozinhos como o antigo artesão no seu atelier. Mas não terão, como este, o prazer de fazer e pegar em seu trabalho e, por isto mesmo, precisarão de ser muito mais educados, mais educados do que o artesão da Idade Média. Precisam ter aquela rara educação que fazia com que alguns raros pedreiros, na Idade Média, ao britarem a pedra, sentissem que não estavam apenas britando pedras, mas construindo a igreja. Nesse dia é que o sentido e o espírito de orquestra se poderá firmar no trabalho dividido, complexo e organizado do mundo de hoje. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 5).

O editorial fez uma série de indagações sobre o papel da escola e se esta conseguiria atender essas condições de trabalho humano, observando que a escola originalmente sempre visou preparar o trabalhador intelectual, ou o homem de lazer; é sabido que o homem cada vez mais precisava de uma boa educação para viver na sociedade em que se acha inserido. Voltou a destacar no texto que o sistema escolar moderno seria composto por uma escola com certas características bem definidas:

uma escola comum, prolongando-se até o chamado nível médio, destinada a oferecer à criança e ao adolescente o preparo técnico nas artes de uma sociedade fundada no conhecimento intelectual, por meio do qual poderia ir de logo trabalhar, ou prosseguir nos estudos, para níveis mais altos desse mesmo trabalho, no ensino superior e na Universidade. Aquela escola comum teria, apesar de diversificada, grande unidade. (A EDUCAÇÃO. 1960, p. 6).

Ao concluir o texto é possível verificar que os objetivos da educação, independentemente da modalidade, reencontraram-se em um objetivo maior, que era o do preparo do homem novo para a sociedade nova em que vivia.

O terceiro editorial deste bloco é intitulado *Revolução e Educação* e foi escrito por Anísio Teixeira, que ressaltou que, como o Brasil estava vivendo um período de instabilidade, discutir reformas poderia não representar algo prático devido a uma

estranha inércia social. Destacou também que a sociedade brasileira possuía grupos privilegiados onde se misturavam pessoas de diversas classes, podendo ser denominados privilegiados devido à ausência de integração nacional:

Quando a nação se faz uma só e os direitos de todos são reconhecidos, nenhuma classe pode ter mais direitos do que as demais, sem que a estes direitos corresponda cota também maior de deveres. Assim foi nas sociedades em que dominava a classe aristocrática, até que esta se corrompeu e se fez apenas classe privilegiada, cheia de direitos e sem deveres. Assim foi com a ascensão da classe média, no século dezoito e dezenove, justificando as líricas exaltações com que tanto se distinguiu essa classe. Assim está sendo com as sociedades proletárias ou comunistas, em que a classe trabalhadora se despe ou é despida de todo e qualquer privilégio, para dar ênfase aos seus deveres. (REVOLUÇÃO. 1963, p. 4).

Também se encontra no texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Manifesto), de 1932, uma referência ao papel da educação em relação às classes e sua capacidade de contribuir para que as classes alcancem um viés mais humanístico. Tal entendimento pode ser compreendido da seguinte forma:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 191).

Para que a sociedade possa viver em harmonia, é importante haver responsabilidade por parte das classes; no entanto, interpretando o autor parece que o Brasil não chegou sequer a construir essa consciência de classe, não podendo afirmar que exista luta de classes no país.

Para Anísio Teixeira, a integração nacional e a democratização do ensino poderiam contribuir para que o Brasil superasse o abismo social e educacional existente no país. O educador ressaltou que as revoluções americana, inglesa e francesa só aconteceram porque tiveram a educação como eixo norteador. Nesse sentido, observou:

deve agora empreender simultaneamente a democratização do ensino elementar e a do ensino médio e superior, estabelecendo a continuidade de todo o sistema escolar, a sua diversificação pelas diferentes atividades e

ocupações e a expansão de todos esses níveis até o máximo de sua capacidade. (REVOLUÇÃO. 1963, p. 6).

Anísio Teixeira conclui o editorial, fazendo uma abordagem sucinta do modelo educacional brasileiro e afirmando que a revolução não aconteceria como resultado de revoltas populares, mas como consequência do progresso e do conhecimento humano em suas diversas formas.

O editorial *A valorização do Homem*, de 1962, que compõe o bloco não foi localizado na relação de edições anteriores disponíveis na página eletrônica da RBEP, no *site* do INEP¹⁴ na Internet.

A análise deste primeiro grupo de editoriais proporcionou identificar que o norte a ser seguido deve necessariamente discutir a importância da educação para a formação do homem moderno conforme preceituado por Rousseau, no entanto era preciso pensar que educação oferecer ao homem moderno que havia sido idealizado na obra de Rousseau para que ele tornasse um revolucionário capaz de transformar a sua realidade social.

O segundo bloco de editoriais estudado a seguir, intitulado *As bases em que se deve assentar a educação nacional*, propõe uma abordagem sob a perspectiva de uma reconstrução educacional a partir de um novo marco regulamentador.

2.2 AS BASES EM QUE SE DEVE ASSENTAR A EDUCAÇÃO NACIONAL

O conjunto de editoriais que será estudado nesta seção são os seguintes: *Reconstrução Educacional* (1952); *Unidade Nacional e Educação* (1952); *Lei e Educação* (1952); *Programa Educacional da Mensagem ao Congresso* (1961); *Lei de Diretrizes - Reforma de Base da Educação Nacional* (1963); *Plano Nacional de Educação* (1961); *Plano Trienal para Educação* (1963); *Educação e Descentralização* (1964); e *Custo Mínimo da Educação Primária por Aluno* (1961). A análise desses textos proporcionou compreender a educação brasileira não só através do seu caráter filosófico e histórico, mas também através das questões gerais que balizam a educação do homem moderno. O ponto de partida foi o editorial denominado *Reconstrução Educacional*.

O primeiro editorial deste bloco, não possui autor identificado, versa sobre a *Reconstrução Educacional*. O texto enfoca as dificuldades existentes para se

¹⁴ Cf. Site da RBEP na Internet (<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep>>).

conseguir acompanhar as grandes e constantes modificações que se vem verificando na sociedade, e destaca que o sistema educacional não consegue acompanhar os progressos científico, econômico, político e social:

Infelizmente, é forçoso reconhecer, a escola não tem podido acompanhar esse desenvolvimento, quer por deficiências inerentes aos instrumentos utilizados pelos diversos órgãos pedagógicos de execução e de estudo e análises, quer por deficiências do próprio meio a que a escola se propõe servir e que não podem ser evitadas. (RECONSTRUÇÃO. 1952, p. 5).

A escola por diversas circunstâncias apresentava-se em descompasso com o desenvolvimento do país, devido às técnicas tradicionais empregadas, algumas das quais remontam ao período colonial. O editorial destacou que ela permanece com o ensino formal, convencional e inerte, sem a necessária flexibilidade, incapaz de dinamizar as atividades educacionais. No entanto, iniciativas foram adotadas visando solucionar os problemas existentes, o editorial destacou as iniciativas:

Apesar disso, nos últimos anos do Império e desde a proclamação da República até nossos dias, têm surgido inúmeros planos, projetos, estudos, pareceres, na imprensa, no parlamento, nos serviços da administração escolar, objetivando a ampliação e a melhoria da rede de escolas brasileiras com a necessária readaptação às condições do momento. . (RECONSTRUÇÃO. 1952, p. 5).

A sucessão de reformas não surtiu efeitos, apesar de diversos planos propostos conforme mencionado acima, certamente em razão de um modelo de educação fragmentado e desarticulado conforme o editorial. Após o término da Primeira Grande Guerra (1914 a 1918) é que começou a se formar a chamada consciência pedagógica.

Os educadores começam a agrupar-se e clamam pela renovação de métodos e processos. Essa fase culmina com a fundação, em 18 de outubro de 1924, da Associação Brasileira de Educação, órgão que realizou até hoje doze congressos de educação. Aos poucos, forma-se melhor compreensão do alcance do trabalho educativo. Finalmente, o ano de 1930 assinala a criação do Ministério da Educação. Fundam-se, então, novos órgãos para dirigir e orientar o trabalho das nossas escolas. (RECONSTRUÇÃO. 1952, p. 5).

A organização é elementar para a construção da consciência pedagógica. Após a criação do Ministério da Educação, foi lançado, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, produzido por intelectuais que acreditavam que as

únicas revoluções fecundas eram as realizadas pela educação, quanto à atuação da escola neste contexto defendia que:

É conveniente ampliar o raio de ação da escola, possibilitando-lhe conduzir cada educando ao limiar das profissões e da vida. No momento, já está sendo examinada pelo Congresso a lei que traçará novas diretrizes e bases da educação nacional. Simultaneamente, com essa providência, cumpre também melhorar as práticas educacionais a fim de obter o almejado soerguimento da escola brasileira. (RECONSTRUÇÃO. 1952, p. 6).

O editorial foi concluso fazendo referência a uma movimentação no Congresso Nacional que ensejaria a promulgação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consolidando assim mais uma etapa da reconstrução do sistema educacional.

O segundo editorial, denominado *Unidade Nacional e Educação*, não possui autor identificado e aborda a importância que a educação tem na formação de uma consciência nacional, influenciando em elementos básicos que tendem a afetar o sentimento de unidade nacional entre os povos, como a língua, a religião, os hábitos, os costumes, as tradições etc...

Ressalva, que existem fatores étnicos, geográficos e econômicos no Brasil que podem provocar diferenças entre os índices de uma determinada região que tendem a influenciar na formação de uma unidade nacional, embora sejam neutralizados por forças mais poderosas:

Mas, a despeito da influência exercida por esses agentes, que são acidentais, o desenvolvimento da coesão nacional se processa graças às forças mais poderosas de caráter permanente, que se enraízam profundamente no conjunto de condições sociais de cada povo, tanto no aspecto material, como no puramente espiritual. Como é a escola que transmite de uma para outra geração os fatores capazes de assegurar essa coesão, ela é um instrumento preponderante para a formação e preservação da unidade nacional. (UNIDADE. 1952, p. 3).

A participação da escola é destacada como um importante elemento capaz de atuar como uma força poderosa de caráter permanente, permitindo alcançar um enraizamento social tornando-se um instrumento de grande importância na construção de um ideal de unidade nacional.

O texto do editorial destacou a importância de se pensar a cultura observando suas possíveis variações regionais com destaque para uma afirmação atribuída a Anísio Teixeira:

a educação faz-nos conscientes de nossa cultura viva e diversificada, e assim é que lhe promove a unidade revelando-nos certas particularidades e diferenças e fundindo-as em um processo dinâmico e consciente de harmonia e coesão. (UNIDADE. 1952, p. 3).

A conclusão do editorial apresentou a existência de uma comunidade nacional capaz de assegurar o aprimoramento da cultura em consonância com os trabalhos escolares.

O terceiro editorial denominado *Lei e Educação* também não possui autor identificado e discute o projeto de uma LDB e a competência dos entes estatais em matéria educacional o que existia até então eram numerosos atos oficiais objetivando estabelecer um padrão organizacional dos estabelecimentos de ensino.

O texto de uma lei geral ainda estava na fase de discussões, até mesmo pelas possíveis implicações que um texto legal de caráter geral regendo a educação como um todo poderia causar, considerando a autonomia pedagógica e administrativa e os regionalismos existentes.

Muito discutida tem sido a questão de delimitar a interferência do Estado em matéria de ensino para que não haja exorbitância por parte dos detentores do poder ou dos administradores escolares com o conseqüente cerceamento das atividades dos professores e diretores de colégios. A adoção de fórmulas padronizadas, a imposição de técnicas obsoletas, a oficialização de princípios ainda não aprovados pela experimentação pedagógica constituem meios que, sem dúvida, além de concorrerem para o desprestígio da administração educacional, importam a inutilidade dos esforços e recursos dispendidos com as atividades docentes e discentes. (UNIDADE. 1952, p. 3).

A Constituição de 1946 assegurou que a competência da união deve ser supletiva, respeitando a autonomia dos outros entes federados. Com o propósito de efetivar o disposto no texto constitucional em 1946, foi apresentado pelo Ministério da Educação e Saúde, projeto de lei que fixava as diretrizes e bases da educação nacional.

Em parecer do então deputado Gustavo Capanema ficou delineada da seguinte forma a competência da União:

o ensino não pode ser excluído da competência legislativa da União. À União compete legislar sobre as suas bases e diretrizes, isto é, sobre os seus meios e fins, sobre os termos gerais de sua organização e sobre as condições e finalidades de seu funcionamento. A legislação federal não esgotará a matéria pedagógica. Apenas disporá sobre o essencial dela, sobre aquilo que, por constituir termo constitucional da organização do ensino ou diretrizes essenciais do funcionamento escolar, tem caráter

nacional e deve constituir um sistema geral que não pode deixar de ser coerente na sua estrutura, e harmônico e seguro na sua filosofia. (LEI..., 1952, p. 4).

Educadores de renome, dentre eles o próprio Anísio Teixeira foram convidados para discutir e expor seu ponto de vista sobre o Projeto de Lei na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O editorial foi concluído fazendo menção que constam nesta edição da RBEP as exposições dos professores convidados pela Comissão.

O quarto editorial denominado *Programa Educacional da Mensagem ao Congresso* não possui autor identificado, de início o editorial informou que os estudos sobre a estrutura da Secretaria de Estado já deveria ter sido enviado ao Congresso, pois já se encontrava em fase adiantada. No entanto, a tarefa do Poder Executivo de reestruturar o mecanismo institucional está a depender do projeto de lei de diretrizes e bases a cargo do Congresso Nacional, ente competente para elaborar lei em consonância com o texto constitucional.

É possível concluir a partir dos estudos realizados que um dos propósitos do projeto de lei era fazer com que o Ministério da Educação e Cultura fosse reintegrado nas suas funções precípuas de órgão orientador e estimulador dos programas das unidades federadas.

O editorial fez uma divisão considerando o ensino em setores, dentre eles destacam-se o setor de ensino primário e médio:

No setor do ensino primário, tradicionalmente de competência dos Estados, residirão os principais esforços da Administração Pública, tanto por imperativo constitucional, que o manda gratuito e obrigatório, quanto por sua óbvia necessidade. Não se trata, apenas, de expandir, indiscriminadamente, a rede de escolas primárias, através de artifícios simplificadores, que retirem a ela todo conteúdo educativo, para limitá-la a mera aquisição de técnicas. Importa enriquecer a substância da escola, sobretudo quando ela tem de compensar a deficiência dos lares menos favorecidos. (PROGRAMA, 1961, p. 3).

Interpretando o texto é possível observar, no que se refere ao ensino primário, que a União iria atuar de forma indireta auxiliando no aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo, com incentivos econômicos e financeiros, assistência técnica, estimulando e favorecendo os esforços dos Estados e Municípios; iria também programar esforço nacional com o objetivo de combater o analfabetismo.

Quanto ao ensino médio tido como o epicentro do problema educacional o editorial destacou como deveria ser encarado:

Na verdade, deve-se encarar o ensino médio como uma preparação para as múltiplas e diversificadas tarefas de uma sociedade industrial, em que se vai transformando o Brasil. Temos urgentemente de estabelecer um sistema de igualdade das oportunidades educacionais, em que todos, sem exceção, tenham possibilidade de ascender aos níveis mais altos da escala educacional, sem outras limitações que as oriundas de suas capacidades e aptidões. A solução mais aconselhável, a demandar entretanto maiores estudos e indagações, seria a instituição de um tronco comum para todos os estudantes do ensino médio, findo o qual se abririam largas oportunidades de escolha, a fim de atender às necessidades dos mercados de trabalho. (PROGRAMA, 1961, p. 4).

A ideia colocada consistia em criar um sistema que oferecesse uma preparação para múltiplas e diversificadas tarefas no contexto de uma sociedade industrializada, rompendo a barreira de um modelo acadêmico de ensino médio que preparava exclusivamente para o ingresso nas Universidades que proporcionava acesso a uma pequena parcela dos jovens que cursavam o ensino médio. Na solução apresentada no editorial, conforme citação acima o caminho a ser percorrido passava pela instituição de um tronco comum de disciplinas para todos os estudantes de ensino médio e posteriormente o direcionamento para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Os pioneiros da educação nova já apregoavam a concepção da ideia apresentada acima no texto do Manifesto de 1932 ao defenderem uma escola para todos, conforme se observa:

Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p.193).

Retomando a crítica contida no editorial escrito em 1961, além de existirem sérios problemas no ensino médio os reflexos poderiam ser sentidos também no ensino superior, um destes problemas no ensino superior era a criação indiscriminada de novas universidades que não representou vantagem de caráter pedagógico.

É destacado também que, o país para conseguir alcançar o desenvolvimento cultural e tecnológico era importante dispensar atenção ao ensino técnico-

profissional a ser intensificado e ampliado. Visando atender tal demanda o governo adotou pontos que foram analisados no eixo educação e trabalho, conforme é possível observar abaixo:

- iniciação profissional e artesanato, sobretudo para jovens analfabetos e para aqueles que cursaram apenas parte da escola primária (de preferência nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País);
- incremento nas zonas industrializadas da formação de mão-de-obra especializada, construindo-se novas escolas e estimulando as organizações já existentes (SENAI, SENAC, SESI, SESC etc);
- incentivo nas últimas séries do curso primário e ginásial de ensino e de prática de artes industriais e agrícolas, com o que se coibirão o verbalismo e a frondosidade dos atuais currículos;
- entrosamento da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, das Universidades e de algumas indústrias em particular (como a Petrobrás, a indústria de energia elétrica etc.) para evitar-se a dispersão de esforços na formação de técnicos de nível superior. (PROGRAMA, 1961, p. 4).

A partir da leitura do texto do editorial é possível observar que houve um destaque para a impossibilidade de investir mais verbas na educação, o governo a época assegurou o cumprimento do dispositivo constitucional que exigia a aplicação, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de dez por cento de toda a receita resultante de impostos. No entanto ressaltou que caso ocorresse o crescimento anual da receita haveria a possibilidade de destinar maiores recursos à educação.

Ainda tratando do planejamento, o texto destacou que a associação entre o processo educacional e as necessidades da economia ocasionou um fator de responsabilidade e de deveres acrescidos, essa mudança de mentalidade e atitudes possibilitou criar-se um consenso geral da necessidade de serem alocados mais recursos para a educação; neste sentido o editorial destacou:

Ensejar-se-á por aí, ao se comprovarem os aumentos de produtividade decorrentes de uma, formação educacional mais apurada, a nítida idéia de que a educação é um investimento a longo prazo, a ser encarado de forma semelhante ao dispêndio de recursos nos setores da indústria de base, dos bens da produção, da energia e dos transportes. A utilização de fundos especiais, à semelhança do Fundo Nacional de Ensino Primário, de previsão constitucional, e a vinculação das cotas destinadas aos Estados para o pagamento de juros e amortização de empréstimos, sob a forma de delegação em garantia, como reserva irrevogável de meios de pagamento, constituirá o mecanismo financeiro destinado a custear o reaparelhamento do sistema educacional. (PROGRAMA, 1961, p. 6).

Por fim, o texto fez uma importante observação no sentido de que o fato de se ter dado uma ênfase maior aos problemas da educação não implica em relegar a

um segundo plano menos importante às questões que permeavam a Cultura, destacando a criação do Conselho Nacional de Cultura, com a função precípua de estabelecer a política cultural do governo, mediante plano a ser elaborado e subdividido em programas anuais de trabalho.

O editorial foi concluído com a afirmação de que o programa esboçado não poderia ser executado integralmente em cinco anos; no entanto, o planejamento adequado das atividades, a sólida implantação dos programas dentre outras ações poderiam significar o arranque decisivo para livrar o País dos males da ignorância e do analfabetismo.

O quinto editorial, denominado *Lei de Diretrizes – Reforma de Base da Educação Nacional*, foi escrito por Celso Kelly¹⁵, Secretário do Conselho Federal de Educação. Aqui, a LDB era tratada de forma ampla, considerando o seu alcance e as particularidades do Brasil; primeiramente o autor destacou que dificilmente haveria processo mais caprichoso que o da educação, pois existe neste processo a relação entre a geração madura e a jovem geração, ambas em um conflito de saberes.

Destacou também que nenhum setor ansiava mais por uma nova lei que a educação, não que ela seja a solução de todos os problemas, mas poderia ser vista como fonte inspiradora estabelecendo parâmetros, há que se esperar da lei o estabelecimento de competências funcionais para o desempenho das atividades, para isso cabe ao legislador atitude de prudência e racionalidade, a legislação tende a refletir na formação das jovens gerações.

O autor do editorial ressaltou alguns pontos que o legislador deveria ater-se, considerando como referência os parâmetros já estabelecidos no texto constitucional:

A autonomia dos Estados, o direito de educação, a obrigatoriedade do ensino primário, a gratuidade, os fundos nacionais destinados ao ensino — têm suas raízes no texto da Carta Magna, — como tãda constituição, fruto de transigências, denominador comum de tendências e correntes, por vezes antagônicas. (KELLY, 1963, p. 4).

¹⁵ Ainda que o texto não seja de autoria de Anísio Teixeira, este passa a constar no agrupamento dos editoriais que serão analisados. Trabalha-se aqui com a ideia de que o diretor do INEP faculta aos leitores da RBEP a fala de alguém que possui a outorga do Conselho Nacional de Educação, para falar da Lei que se encontra em processo de implantação.

Observa também que a lei de diretrizes e bases não era uma lei fechada, uniforme, impositiva, de fórmulas únicas, mas aberta, plural, permissiva de variantes e estimuladora de novas experiências, abrindo caminho para reformas futuras:

A Lei de Diretrizes e Bases encerra pois o sentido substancial da reforma, abrindo caminho a inúmeras reformas complementares. Nisso residem a sua sabedoria e as razões de sua sobrevivência. Dentro dela, todas as aspirações podem encontrar acolhida. É uma lei que muda e deixa abertas as portas para mudanças maiores. (KELLY, 1963, p. 5).

A lei deveria proporcionar que aconteçam reformas considerando as necessidades que o Brasil possuía, em especial pela sua dimensão geográfica; em seu binômio unidade-descentralização, a referida lei deveria assegurar o equacionamento da solução brasileira na pluralidade das experiências e fórmulas, abrindo caminho para novas mudanças com a finalidade de complementar o texto originário.

Por fim ao concluir o editorial o autor abordou o aspecto renovador que permeava a lei, podendo ser considerada um convite para a mudança e a ação, não pelo gosto de variar, mas pela necessidade de ajustar-se.

O sexto editorial denominado *Plano Trienal para Educação*, não possui autor identificado, no texto foi mencionado que naquele momento estavam reunidos para anunciar à Nação o maior esforço empreendido no país até aquele momento objetivando enfrentar o problema do analfabetismo, posteriormente realizou-se um diagnóstico da situação apresentando dados numéricos que comprovavam a dimensão do problema a ser enfrentado, que persistia em regiões menos desenvolvidas, sobre tal contexto o editorial apresentou os seguintes dados:

Nos últimos anos temos visto a Nação crescer e progredir em todos os setores, exceto no campo da educação elementar, onde os problemas se acumulam cada vez mais, pela incapacidade de expandir e aprimorar o sistema escolar, ao ritmo do crescimento e da vontade de progresso do povo brasileiro. Assim é que, de 1900 a 1960, vimos crescer de 6 para 20 milhões o número de analfabetos em nossa população adulta. (PLANO. 1963, p. 3).

O texto do editorial fez referência a um possível fracasso não só das instituições da Nação, mas também dos cidadãos na implantação de um sistema educacional capaz de abranger a todas as crianças e que fosse democrático e acessível ao ponto de permitir a cada jovem prosseguir nos estudos de forma

regular independentemente de sua condição social; no entanto enxergava um grau de maturidade alcançado no Brasil:

O Brasil, no entanto, já alcançou aquele grau de maturidade nacional que dá a necessária coragem para enfrentar os problemas educacionais em sua crueza, para equacioná-los, para formular soluções e levá-las à execução dentro de um plano preciso que fixe objetivos certos a atingir, em prazos bem definidos. É o que está sendo feito no programa global de governo que vem de ser elaborado e no qual se encontra uma planificação da ação administrativa federal, em todos os setores, por um espaço de três anos, a partir de 1963. (PLANO. 1963, p. 4).

Com o propósito de enfrentar os déficits acumulados na educação, considerando ter o Brasil alcançado certo grau de maturidade para enfrentar os problemas existentes o autor enumerou os motivos pelos quais estavam reunidos naquele momento apresentando metas ousadas, com alcance nacional a serem cumpridas no triênio conforme se observa abaixo:

Hoje nos reunimos para comemorar o lançamento do maior empreendimento editorial realizado em nosso País. Nos próximos dias serão distribuídos em todo o território nacional cento e cinquenta mil exemplares do Manual de Preparo e Orientação do Alfabetizador e quatro milhões de Cartilhas de Alfabetização. Ao fim do mês de janeiro, uma série de medidas planejadas, e já em execução, possibilitará estabelecer, em cada cidade, em cada vilarejo do País, um depósito de guias e cartilhas que permita proceder à mobilização dos brasileiros capacitados para a tarefa cívica de salvar os seus irmãos do analfabetismo. (PLANO. 1963, p. 4).

Ressaltou também a ação estatal, mas observou a importância da participação dos cidadãos, considerando a educação uma reponsabilidade de todos, sendo que cada um deveria contribuir conforme suas possibilidades; seja produzindo materiais para instrução, cedendo instalações e recursos para a criação de classes, oferecendo seus próprios serviços, como instrutores para a alfabetização, podendo tal ação ser interpretada como um dever cívico.

Tais ações que permeavam o plano trienal foram interpretadas no texto do editorial como algo revolucionário:

Estamos, pois, às vésperas da grande revolução educacional do País, que se fará, não só com recursos financeiros mas, e sobretudo, com o ardor cívico de todos os brasileiros pela superação do atraso educacional, que pode e deve ser vencido por nossa geração. É preciso que todos compreendam que o regime democrático, baseado na representação popular, será tanto mais forte quanto maior for a participação do povo no processo político. (PLANO. 1963, p. 6).

Partindo da premissa que os analfabetos não podiam exercer o direito ao voto, tais ações tenderiam a permitir que essa parcela de excluídos, algo em torno de 20 milhões de brasileiros de um total de aproximadamente 79,64 milhões¹⁶ no ano de 1963, pudessem adquirir seu direito de escolha, influenciando diretamente os rumos do processo democrático no país.

Para que se consiga dar lastro a revolução e alcançar seus objetivos foram conclamados todos aqueles que direta ou indiretamente poderiam contribuir, professores, estudantes, trabalhadores, intelectuais, escritores, artistas, empresários, dentre outros.

Por fim concluiu o editorial afirmando que através do esforço articulado dos brasileiros responsáveis, contando com o aumento dos recursos, o ano de 1963 poderia ser denominado como o ANO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, que haveria de ser lembrado no futuro.

O sétimo editorial deste grupo denominado *Educação e Descentralização* foi escrito por Péricles Madureira de Pinho, autor iniciou o texto fazendo referência aos escritos sobre a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, em cujo ano e meio de vigência foram dirimidas controvérsias e sanado dúvidas, destacou ainda que continuava sendo matéria de dúvida a coexistência do sistema supletivo federal com sistemas estaduais, tema que ainda carecia de questionamentos em especial no que se referia à atuação da União:

A União, com o seu sistema supletivo, fundado na ajuda financeira e na assistência técnica, tem uma importantíssima função a desempenhar, que nada tem de competitiva com os Estados mas representa uma cooperação fertilíssima, desde que bem entendida e bem desempenhada. (PINHO. 1964, p. 5).

O texto trouxe ao debate a atuação do Poder Executivo e sua influência política, com destaque para a relação entre a União e os Estados, que deveria ocorrer de forma harmônica, e que fosse possível uma boa relação entre os políticos e administradores. O que a União podia oferecer de forma mais específica aos Estados eram serviços federais de aperfeiçoamento do magistério e o desenvolvimento da pesquisa pedagógica em cada região; corroborando tal raciocínio, Péricles Madureira de Pinho citou a contribuição de Anísio Teixeira:

¹⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<<http://www.ibge.gov.br/home/>>).

O Prof. Anísio Teixeira, em apoio desta conclusão, acrescenta: "Achando-se em condições de estudar e pesquisar todos os sistemas estaduais, poderá (a União) levar a um a experiência do outro, constituindo-se dêste modo, graças aos centros federais de aperfeiçoamento do magistério, a bolsa de valores de tôda a educação nacional e estendendo a cada um e a todos os benefícios da variada e rica experimentação educacional de 22 sistemas de educação". (PINHO. 1964, p. 4).

A ideia era que não ocorresse nenhum tipo de competição; a formação do magistério continuava a ser atribuição dos Estados, cabendo a União estimular o aperfeiçoamento através dos Centros Federais de Aperfeiçoamento do Magistério, compartilhando as boas práticas diagnosticadas em um Estado com os demais. Ainda sobre a atuação da União o autor observou:

A projeção administrativa federal nos Estados deverá ser, por serviço, descentralizada, predominantemente de assistência técnica e de cooperação com o Estado, sob a forma quiçá de missões educacionais, junto às Secretarias de Estado da Educação, mas sem qualquer institucionalização específica. Será a forma de preservar uma influência exclusivamente técnica, despida de qualquer discriminação de ordem pessoal ou partidária. (PINHO. 1964, p. 5).

Por fim concluiu que, por intermédio do Conselho Federal, tinha defendido a tese de que os Centros Federais de Treinamento (ou de Aperfeiçoamento) do Magistério seriam preservados de uma excessiva hipertrofia burocrática; tais conselhos deveriam utilizar preferencialmente os serviços da Secretaria de Estado para realizar levantamento, pesquisas, estatísticas, verificações, inspeções, etc... ; na mesma perspectiva, concluiu o texto argumentando que pelos motivos destacados anteriormente sobre a interferência política é que a educação deveria ter um sistema de segurança a defendê-la do arbitrário político.

O oitavo editorial estudado foi escrito por Anísio Teixeira e abordou o *Custo mínimo da educação primária por aluno*. Inicialmente Anísio Teixeira observou que o texto constitucional no que tange ao percentual previsto para despesas em educação não estava sendo aplicado de forma adequada, sendo necessário interpretar o dispositivo constitucional em consonância com outro dispositivo que determina a educação compulsória de todos os brasileiros em idade escolar primária, para estabelecer que os três entes federados estivessem priorizando a despesa compulsória com o ensino primário.

A partir da interpretação realizada acima Anísio Teixeira trouxe a discussão sobre o orçamento mínimo para a educação primária.

Firmada que fosse tal interpretação, que parece a mais legítima, haveria de se estudar o custo mínimo da educação primária por aluno, de acordo com Estado e zona e, juntando-se os recursos municipais, os do Estado e os da União, elaborar o orçamento mínimo da educação primária obrigatória. Esse custo mínimo da educação primária, por aluno, seria levantado com os índices locais, como se procedia com relação ao custo mínimo da alimentação nas diferentes zonas do Estado.

Anísio Teixeira fez menção à possibilidade de as escolas serem mantidas por um órgão comum local, que concentrasse os três entes federados os recursos necessários; no entanto seria necessário que as escolas fossem de nível idêntico e pudessem melhorar e progredir em igualdade de condições. O educador lembrou ainda que tal sugestão envolveria uma coordenação de esforços pelos governos do Município, Estado e União, mas reconheceu que havia quem julgasse impossível tal ação que encontraria obstáculos na autonomia dos entes federados.

A solução para possíveis controvérsias envolvendo a autonomia na concepção de Anísio Teixeira deveria passar por uma alteração no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fixando o custo mínimo da educação primária pelas regiões; assim seria possível saber quantas crianças cada ente conseguiria educar.

Anísio Teixeira concluiu o editorial afirmando estar convencido de que com a escola de custo local o sistema escolar poderia ser ampliado consideravelmente priorizando despesas com o ensino primário, levando este ensino primário a todos os brasileiros residentes em comunidades que fosse possível a escola fixa ou até mesmo itinerante.

Passamos agora ao terceiro e último grupo de editoriais que proporcionou uma análise de textos voltados para discutir a pesquisa e a ciência visando demonstrar a importância de ambas para o progresso e desenvolvimento do Brasil.

2.3 A PESQUISA E A CIÊNCIA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O PROGRESSO DO PAÍS

Este bloco é composto por dois editoriais: *Institutos Universitários e a Pesquisa Científica* (1963) e *Educação e Desenvolvimento Econômico* (1962).

O progresso de um país depende de inúmeros fatores internos e externos, o grau de instrução da população é questão preponderante capaz de influenciar o progresso de um povo.

O primeiro editorial deste grupo versa sobre *Educação e Desenvolvimento Econômico* foi escrito por Otávio Dias Carneiro¹⁷ e demonstra a importância da educação para o desenvolvimento econômico de um país.

Para melhor compreensão o autor realizou um recorte histórico adotando como referência o período pós-guerra com ênfase no surgimento da industrialização e seus possíveis impactos nos países em desenvolvimento; destacou os investimentos realizados por países desenvolvidos em educação, pesquisa e desenvolvimento da produção:

Os países industrializados, qualquer que seja a sua organização política, despendem, além dos gastos em educação geral, em torno de 1,5% a 2% da sua renda nacional para fins de pesquisa e desenvolvimento da produção. Este dispêndio parece suficiente para manter nesses países alto nível de produtividade do capital recém-formado, mesmo que o acúmulo deste último atinja em alguns casos taxas elevadas de 15% a 20% da renda nacional, isto é, 10 vezes a despesa com a pesquisa e o desenvolvimento da produção. Este resultado indica que, nos países subdesenvolvidos, se conseguiria aumentar o produto nacional aplicando-se cerca de 2% de investimento total em pesquisa e desenvolvimento de produção, mesmo que esse investimento total permaneça invariável. (CARNEIRO, 1962, p. 3).

Otávio Dias Carneiro destacou que a despesa em pesquisa e desenvolvimento da produção é de rendimentos crescentes, na proporção que aumenta investimento em pesquisa cresce a produção; destacou também que o conhecimento acumulado quando relacionado com o conhecimento recém-adquirido, forma novas combinações de conhecimento, capaz de corrigir erros cometidos no passado.

Para Otávio Dias Carneiro, esse conhecimento vinha sendo tratado por países desenvolvidos como a “indústria do progresso”, com reflexos econômicos, e que esse modelo poderia ser utilizado também em países subdesenvolvidos, conforme se observa:

Essa produção de conhecimento vem-se tornando, nos países economicamente adiantados, a “indústria do progresso” e a indústria-líder por excelência. Além do mais, à medida que se apuram as estatísticas,

¹⁷ Ministro da Indústria e do Comércio durante o governo parlamentarista de João Goulart – Setembro de 1962 até Janeiro de 1963.

verifica-se nesses países que o aumento da produção vem-se tornando mais e mais resultante do aumento de produtividade dos fatores físicos da produção, recursos naturais, trabalho e capital, isto é, do progresso técnico, e cada vez menos do aumento desses próprios fatores físicos. Isto confirma a possibilidade de os países subdesenvolvidos se desenvolverem mesmo que seu estoque de capital e o emprego da sua população ativa não aumentem. (CARNEIRO, 1962, p. 3).

O editorial fundamentou a ideia que nos países subdesenvolvidos a produtividade do investimento em educação deveria ser superior ao investimento dos países desenvolvidos, pois tal investimento poderia significar um diferencial entre os qualificados e os não qualificados, no entanto tal prática poderia não significar resultados, podendo esse profissional não se adequar às necessidades do sistema econômico, aumentando as estatísticas do desemprego qualificado.

Nos países desenvolvidos, 50% da despesa com a pesquisa e desenvolvimento de produção, isto é, cerca de 0,5 a 0,7 de 1% de sua renda nacional, são aplicados no aperfeiçoamento dos cientistas e profissionais de alta qualificação, necessários para levar avante essa pesquisa e desenvolvimento da produção. Os países subdesenvolvidos, que assim procedessem, poderiam dobrar a proporção desses cientistas e profissionais de alto nível, em relação à sua população total, dentro do prazo de dez anos. (CARNEIRO, 1962, p. 4).

O texto do editorial trouxe ainda uma discussão sobre investimento no curto prazo em educação, com algumas recomendações sobre o assunto:

Há os que sugerem a contratação maciça de peritos e técnicos estrangeiros. Há os que entendem que a falta de mão-de-obra especializada nos países subdesenvolvidos deve ser preenchida pela importação de equipamento automatizado. Outros ainda aconselham maiores transferências internacionais de técnica por via de programas de assistência. Nenhuma dessas recomendações atende plenamente o objetivo visado a longo prazo. (CARNEIRO, 1962, p. 6).

No que se refere às recomendações, o autor destacou que a contratação de mão de obra estrangeira representava uma solução temporária; já a importação de equipamentos automatizados acentuava a desvantagem dos países subdesenvolvidos, pois a importação de tecnologia não estimulava os investimentos em capital humano nacional capaz de produzir pesquisa com o propósito de alcançar um nível de progresso técnico e científico que elevasse o progresso econômico. Otávio Dias Carneiro concluiu o editorial, afirmando que o investimento humano é sempre um produto nacional.

O segundo e último editorial deste grupo fez uma discussão sobre *Institutos Universitários e a Pesquisa Científica*, escrito por Newton Sucupira, trouxe ao debate a atuação dos que surgiram a partir da necessidade de se propiciarem condições adequadas ao desenvolvimento da pesquisa científica no ambiente universitário que possuía uma estrutura rígida e tradicionalmente voltada para formação de profissionais liberais.

A referência aos Institutos Universitários, feita por Newton Sucupira encontrava paralelo no texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 ao referir-se a um Plano de reconstrução educacional, fez menção aos Institutos Superiores de Especialização Profissional ou de altos estudos:

A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias, deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 197).

No entanto a implantação dos referidos institutos encontrou desafios de ordem técnica considerando a estrutura das universidades e o modelo vigente a época que consistia na divisão das disciplinas em cátedras¹⁸, poderia transformar o instituto em um apêndice da cátedra com amplo domínio do catedrático, de acordo com o texto, aconteceu à transformação em um apêndice da cátedra conforme se observa:

Além disso, estes institutos solidários de uma organização universitária onde o ensino se atomiza em cátedras mais ou menos autônomas constituíram-se em verdadeiros apêndices dessas cátedras e se transformaram, poderíamos dizer, em propriedades dos catedráticos. (SUCUPIRA, 1963, p. 3).

Como exemplo capaz de atender o propósito dos institutos, Newton Sucupira¹⁹ citou o modelo desenvolvido pela Universidade de Brasília que criou uma categoria de Institutos Centrais, imprimindo uma nova orientação sobre os institutos universitários, modelo este que foi seguido por outras universidades.

¹⁸ Esse modelo foi proposto com base na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e antecedeu a Lei 5540/68 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

¹⁹ Foi professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é conhecido como pai da pós-graduação no país.

Após fazer uma abordagem sobre questões técnicas que permeavam o funcionamento dos institutos, Newton Sucupira abordou a missão dos institutos dentro da universidade:

Desta forma a missão dos institutos dentro da universidade seria a seguinte: 1) centralizar e unificar as atividades de pesquisa de determinada área do saber; 2) funcionar como uma espécie de "Graduate School", onde seriam dados os cursos de pós-graduação visando ao doutoramento e outros cursos de aperfeiçoamento. (SUCUPIRA, 1963, p. 3).

Ao estabelecer a missão dos institutos em centralizar e unificar atividades de pesquisa, com atuação visando à formação de doutoramento e demais cursos de especialização, o autor expressou a possibilidade de serem criados outros institutos em casos excepcionais, voltados para a pesquisa especializada.

Por fim, o Newton Sucupira acreditava que os institutos da forma como foram concebidos representavam um grande passo para desenvolver a pesquisa científica no ambiente universitário, cumprindo sua verdadeira missão originária.

O grupo de editoriais apresentados neste capítulo proporcionou uma melhor compreensão sobre a importância da pesquisa para o progresso econômico do Brasil, dando à ciência o papel de elemento fundamental para que tal progresso ocorra.

O próximo capítulo deste trabalho analisou os artigos escritos por Anísio Teixeira, de 1952 a 1964, como já se disse, sempre que possível tal análise adotou como referência o texto do Manifesto, do qual Anísio Teixeira foi signatário, buscando estabelecer um paralelo entre os textos escritos pelo educador na RBEP e as ideias contidas no Manifesto.

CAPÍTULO III – A MARCA DO “PIONEIRO DA EDUCAÇÃO NOVA” NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: OS ESCRITOS DE ANÍSIO TEIXEIRA NA SEÇÃO *IDEIAS E DEBATES*

Para escrever este capítulo, realizei um levantamento dos artigos que Anísio Teixeira escreveu na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) no período de 1952 a 1964, sendo que ao todo foram localizados 34 textos sobre assuntos diversos, em particular na seção *Ideias e Debates* do periódico²⁰. Visando alcançar o objetivo do trabalho, optei por fazer uma divisão dos mesmos em blocos temáticos; considerando que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (doravante Manifesto)²¹ de 1932, foi o parâmetro adotado, com base nos textos de Anísio Teixeira, defini a formação de três blocos temáticos da seguinte forma: o primeiro bloco versa sobre *Educação e Estado*, o segundo bloco sobre a *Reconstrução Educacional* e terceiro e último bloco sobre o *Plano de Reconstrução*.

Os artigos estudados foram divididos entre os blocos conforme a pertinência temática que o mesmo possuía com o assunto do bloco. Durante o marco temporal do estudo dos 34 textos selecionados, foram utilizados 23 para compor a formação dos blocos temáticos, sendo que 11 artigos não possuíam pertinência temática com os assuntos propostos nos blocos, de modo que ficaram excluídos do estudo²².

O primeiro bloco²³ estudado tratou do tema *Educação e Estado*, fiz uma discussão sobre o papel que o Estado deveria desempenhar em face dos problemas educacionais sendo que três discussões permearam esse bloco: em primeiro lugar, se a educação devia ser uma função essencialmente pública; num segundo

²⁰ Cf. Anexo B, na página 98, para a relação completa dos títulos publicados na seção *Ideias e Debate* da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), entre 1952 e 1964.

²¹ Cf. Anexo C, na página 100, para acessar o texto completo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932.

²² Os artigos que **não** foram utilizados neste estudo são os seguintes: 1) Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura; 2) Bases da teoria lógica de Dewey; 3) Ciência e Humanismo; 4) Educação não é privilégio; 5) Ciência e Arte de Educar; 6) Variações sobre o tema da liberdade humana; 7) Falando francamente; 8) Filosofia e educação; 9) Uma experiência de educação primária integral no Brasil; 10) Gilberto Freyre, mestre e criador de Sociologia; 11) Mestres de amanhã.

²³ Os artigos que compõem o estudo desse primeiro bloco são os seguintes: 1) Estudo sobre o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2) Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro; 3) A administração pública brasileira e a educação; 4) O processo democrático de educação; 5) A escola pública, universal e gratuita; 6) Bases para uma programação da educação primária no Brasil; 7) A municipalização do ensino primário; 8) Educação e desenvolvimento; 9) Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário; 10) Plano e finanças da educação.

momento, a questão da escola única; e, por fim, a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coedução. Essas discussões estão expressas no texto do Manifesto e serão estudadas sob a ótica de dez textos escritos por Anísio Teixeira.

3.1 ESTADO E EDUCAÇÃO

Dentre as competências do Estado, pode-se destacar o seu poder regulamentador, que é realizado através de atos normativos capazes de estabelecer parâmetros visando a solucionar conflitos sociais. Utilizando-se de tal poder, o Estado instituiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1961.

Com o objetivo de compreender o movimento que antecedeu esse marco legal é que Anísio Teixeira apresentou um estudo sobre o projeto de lei que viria a tornar-se lei.

O primeiro texto, intitulado *Estudo sôbre o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, trouxe o relato da participação de Anísio Teixeira em 7 de julho de 1952 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para discutir o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em seu discurso Anísio Teixeira agradeceu o convite e se propôs a falar como um homem estudioso da educação e preocupado com o problema há mais de duas décadas, somadas à sua experiência no exercício de cargos administrativos de educação em diversas esferas de governo.

Anísio Teixeira fragmentou em tópicos a sua explanação na conferência, com o propósito de analisar a questão de forma mais detalhada:

a) Natureza do debate

Anísio Teixeira destacou que o instrumento da democracia é a educação popular; ressaltou que o debate sobre educação era um debate político que embora tardio precisasse ser feito, ressaltou ainda a importância da educação popular para a democracia:

O instrumento da democracia — nunca será demais insistir — é a educação popular, isto é, a educação de todos para a vida comum e a de alguns — selecionados dentre todos — para as funções especializadas da sociedade democrática e progressiva. Esta educação popular, que cumpria organizar, como estrutura fundamental da democracia política e até, ainda mais, da

econômica, não foi organizada no período devido e normal. (TEIXEIRA, 1952, p. 76).

b) A atual legislatura (vigente à época).

Anísio Teixeira tece homenagem aos membros do parlamento pela iniciativa de discutir o tema e destaca a liderança do educador Dr. Gustavo Capanema e do jovem político Dr. Eurico Salles, que havia realizado importante trabalho a frente da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

c) Movimento educacional.

Ao fazer referência a um movimento de emancipação educativa, Anísio Teixeira destacou que a intenção não era discutir como “disciplinar” e sim como “promove-la” (a emancipação). Ressaltou ainda que essa concepção idealizada no movimento de emancipação da educação deveria nortear o espírito da nova lei, conforme se verifica no excerto abaixo:

A ênfase em *movimento*, e não em *disciplinação*, marca ou deve marcar o espírito da nova lei. Não se trata de conter, limitar e uniformizar o que já existe, como pensam alguns; mas, de *criar, libertar, estimular e encorajar* a iniciativa — as iniciativas particulares, municipais, estaduais e federais, para, inspiradas por uma política educacional ampla e saudável, se lançarem, todas elas, com *espírito de autonomia e senso de responsabilidade*, à grande obra comum, dinamicamente unitária, *de educar* (não de diplomar) os brasileiros. . (TEIXEIRA, 1952, p. 77).

O propósito do movimento consistia em ir além das práticas existentes, fazendo com que todos os sujeitos envolvidos pudessem encorajar-se na busca por uma nova política educacional, que fosse capaz de ir além da ideia de simplesmente diplomar, no sentido de se alcançar um padrão de educação.

d) Retrato da situação educacional

Anísio Teixeira fez um breve relato sobre aquele momento e a situação em que se encontrava a educação brasileira, sendo que a mesma estava pautada em um sistema no qual o ensino primário era de responsabilidade dos estados, municípios e instituições particulares que possuíam certo grau de liberdade; já os demais ensinos eram controlados direta e indiretamente pelo governo federal, destacando as virtudes pedagógicas existentes no ensino primário, que não eram encontradas nas demais fases de instrução.

e) *Que se há de fazer?*

A esta indagação, Anísio Teixeira apontou algumas respostas, tais como: modificar o processo de fiscalização; evitar formalidades com ênfase no mérito do ensino; restabelecer a liberdade de tentar o melhor; restringir a legislação do ensino à fixação dos objetivos e das linhas fundamentais, permitindo uma relativa liberdade de currículos, horários e métodos; substituir o princípio da uniformidade pelo princípio da equivalência. Para o educador, diversos são os caminhos que poderiam alcançar os objetivos do ensino:

A pluralidade de caminhos estimulará a experimentar-ção, a competição e o progresso. Revitalizará o processo educativo. Como garantia — estabeleça-se o exame de estado, isto é, o exame oficial em determinados períodos do curso. Este regime dificultará a fraude ou a simulação, por não premiá-la. E quanto ao receio de que tal possível diversificação degrade o ensino, verifiquemos que é infundado. Com o ensino *uniforme* é que o ensino se degrada; na realidade se degradou. . (TEIXEIRA, 1952, p. 86).

Dentre as alternativas propostas, todas as soluções passavam pela ideia de pluralidade com destaque para a ocorrência de diversos caminhos capazes de atender aos anseios da educação brasileira. Em outras palavras, qualquer tentativa do projeto de lei em buscar alcançar a uniformização levaria a uma possível degradação ainda maior do que a existente naquele contexto.

f) *A Lei de Diretrizes e Bases*

O projeto foi entregue em 1948 na Câmara dos Deputados, dois anos após a promulgação da constituição, portanto representava um equilíbrio entre o pensamento dos radicais e dos conservadores, destacando as principais linhas que deveriam nortear o texto legal: unidade da educação brasileira; divisão de competências; poder supervisor e normativo da União; flexibilidade, liberdade e descentralização. Com o propósito de demonstrar a importância da educação e do projeto de lei em discussão, Anísio Teixeira citou um exemplo baiano:

Na Bahia, a Constituição do Estado prevê um regime pelo qual o sistema educacional terá completa autonomia. Criou-se ali um quarto poder, o da educação, constituído por um Conselho e um diretor de educação, de nomeação do Governador, mas com mandatos fixos, e que dirigirão a educação em um regime de plena autonomia e plena responsabilidade. Por delegação do Conselho Estadual, essa autonomia se estenderá, gradualmente, aos municípios. (TEIXEIRA, 1952, p. 88).

Ao mencionar a Constituição do Estado da Bahia, o educador demonstrou que as discussões em pauta não estavam somente no campo teórico, sendo que existia exemplo prático de que era possível ter um texto de lei que fosse capaz de garantir a descentralização da educação.

g) Examinemos, agora, o projeto de lei em seus capítulos fundamentais

Neste ponto do texto, Anísio Teixeira explicou de forma detalhada cada uma das linhas mencionadas acima, fazendo uma subdivisão na forma de capítulos com o objetivo de auxiliar o parlamento na elaboração do texto legal, em consonância com o projeto encaminhado pelo executivo.

Ao fim de sua exposição, Anísio Teixeira concluiu com a seguinte declaração:

Não encerro esta ligeira exposição, sem acentuar, mais uma vez, que a lei de diretrizes e bases deverá ser uma lei de grande amplitude, que liberte as iniciativas, distribua os poderes de organizar e ministrar a educação e o ensino e faculte ao povo brasileiro encontrar, no jogo de experiências honestas e de uma emulação sadia, os seus caminhos de formação nacional. . (TEIXEIRA, 1952, p. 103).

O educador evidenciou a capacidade do povo brasileiro para encontrar um modelo educacional que fosse compatível com as necessidades e a diversidade que o país apresentava. Ora, se considerarmos que os parlamentares responsáveis pela criação do texto de lei eram os representantes do povo em si, o texto certamente deveria estar em consonância com os anseios populares, sendo capaz de resolver os gargalos existentes na educação brasileira.

Ao analisar a exposição de Anísio Teixeira sob a perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, é importante destacar que duas décadas antes desta exposição, os pioneiros da educação nova abordaram no texto do Manifesto as “Diretrizes que se esclarecem”, fazendo menção à necessidade de estabelecer um eixo norteador, tanto para a população quanto para o Estado, através de um documento com força vinculante:

Era preciso, pois, imprimir uma direção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e levá-lo a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades. Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público, as bases e diretrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o público e o governo, a posição que

conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 190).

É importante lembrar, ainda, que Anísio Teixeira foi um dos pioneiros da educação nova: no texto do Manifesto os signatários chamaram para si a responsabilidade e o dever de construir um documento público que fosse capaz de estabelecer diretrizes para a educação nacional. Assim, o que foi idealizado pelos pioneiros em 1932 voltou a ser discutido por Anísio Teixeira em 1952 e concretizou-se em 1961, com a promulgação, pelo então presidente João Goulart, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Uma das questões basilares da educação era de ordem econômica, isto é, como equacionar os problemas frente às limitações financeiras. Com o propósito de responder a essas indagações, Anísio Teixeira escreveu o segundo texto deste bloco, *Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro*. O educador apresentou um trabalho em janeiro de 1954 no XI Congresso Brasileiro de Educação, em Curitiba no Estado do Paraná, com o título acima, no qual procurou traçar bases para a discussão do financiamento dos sistemas públicos de educação, já que este problema há muito vinha lhe causando incomodo, seja dirigindo a educação na Bahia, no Distrito Federal e então a frente do INEP.

Após fazer um breve relato da situação econômica do Brasil, considerando os recursos à época aplicados na educação (algo em torno de seis bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros), Anísio Teixeira chamou atenção para a administração dos recursos públicos, levantando a possibilidade de se fazer mais com a mesma quantidade de recursos, conforme se observa:

É diante de tudo isso que se torna urgente verificar, se não poderíamos administrar melhor os seis bilhões e tanto de cruzeiros que já se despendem em nosso país com a educação. E não há somente a obrigação de manter todas as crianças na escola primária. Há também, depois de dar a instrução que é obrigatória, a necessidade de proporcionar a secundária e a conveniência, também socialmente indiscutível, de ministrar a superior a número considerável de habitantes brasileiros. (TEIXEIRA, 1953, p. 30).

A proposta de Anísio Teixeira fez, ainda que indiretamente, uma crítica ao modelo adotado para aplicação dos recursos; segundo o educador, uma melhor gestão poderia proporcionar a solução de uma parcela dos problemas existentes, dentre eles manterem as escolas primárias atendendo a necessidade da população:

Presentemente, teríamos a obrigação de manter nas escolas primárias uns oito milhões de crianças. Já mantemos, bem ou mal, cinco milhões, em escolas de dois e três turnos e em cursos supletivos com horários muito reduzidos, para só falar nas deficiências quantitativas e, decorrentemente, qualitativas de mais vulto. (TEIXEIRA, 1953, p. 31).

Para Anísio Teixeira, este salto quantitativo poderia acontecer a partir de uma aplicação mais eficiente dos recursos públicos existentes, com reflexos também no ensino médio e no ensino superior. O educador apresentou, ainda, uma delimitação com base na Constituição de 1946 que assegurava em seu texto recursos previstos em percentagens de receitas da União, dos Estados e dos Municípios; no entanto, questionou se tais recursos seriam suficientes para proporcionar um efetivo crescimento e desenvolvimento:

Impõe-se-nos, portanto, verificar se a manipulação mais inteligente dos recursos constitucionais básicos não nos poderia levar a um plano crescente de desenvolvimento escolar, capaz de estender a educação a todos e prover condições para seu gradual e constante aperfeiçoamento. (TEIXEIRA, 1953, p. 34).

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 não fez referência expressa ao problema do financiamento da educação; porém, ao abordar o papel do Estado em face da educação, tratou ainda que indiretamente das questões que permeavam o financiamento, pois o Estado era o responsável direto pelo fomento da educação com obrigações constitucionalmente instituídas.

Após abordar o financiamento da educação, o passo seguinte de Anísio Teixeira no quarto texto deste bloco foi trazer ao debate os problemas que permeavam *A administração pública brasileira e a educação*, com ênfase nas organizações humanas.

Anísio Teixeira afirmou que existia uma tendência de crescimento das organizações humanas devido a um progresso das comunicações. Para justificar tal afirmativa, utilizou por analogia a evolução industrial que estava acontecendo com tendência à uniformização de seus produtos, consequência de um caráter mecânico de produção que facilitaria produzir em massa. O educador utilizou esse raciocínio para referir-se a uma possível transferência de tal espírito industrial para as organizações políticas e de serviços, sobre o assunto afirmou o seguinte:

A transferência desse espírito, até certo ponto compreensível ou explicável nas puras organizações industriais, para as organizações políticas e de

serviços públicos só em parte pode ser feita. Quando a transferência se generaliza, temos nada mais nada menos que totalitarismo. Ocorre, porém, que o Estado, independente da tendência moderna de centralização e concentração do poder da organização da indústria, já possuía a tendência à centralização. (TEIXEIRA, 1956, p. 4).

Essa comparação e a possibilidade de se tentar implantar na administração pública um modelo adotado nas organizações industriais são questionadas pelo próprio Anísio Teixeira, ao afirmar que só em parte isso poderia ser feito; ele não mensura o quanto poderia ser aplicado, no entanto, ressaltou que a transferência generalizada poderia ocasionar um modelo totalitário e autoritário.

A formação do Estado brasileiro em sua origem remeteu a um modelo centralizador por essência: como forma de exercício de seu domínio, o Estado não foi pensado para produzir, mas para controlar; a sua eficácia consistia em conter e subordinar, demonstrando seu caráter centralizador por essência e natureza.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 fez menção direta à atuação do *Estado em face da educação*, com um subtópico intitulado *A educação, uma função essencialmente pública*, onde se destacou o direito de cada indivíduo à sua educação integral, direito esse que deveria ser assegurado e proclamado pelo Estado, como uma função social e eminentemente pública. No mesmo texto, destacou também a atuação da família, mas, sobretudo a participação estatal nos seguintes termos:

Por isto, o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 193).

Independentemente de ter um caráter centralizador ou descentralizador, o Estado deveria assumir a função de garantidor de um modelo educacional que fosse capaz de estabelecer pontes entre a escola e a família, proporcionando um caminhar colaborativo e produtivo.

No quinto texto do bloco, Anísio Teixeira abordou *O Processo Democrático de Educação* com destaque para a importância da educação na construção de um ideal democrático. O texto foi escrito para a XII Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, ocasião em que o educador foi

convidado para discutir o tema intitulado *Os processos democráticos da educação nos diversos graus de ensino e na vida extra-escolar*.

Ao iniciar o texto, Anísio Teixeira advertiu que iria desobedecer ao tema proposto, preferindo utilizar o tema no singular “processo democrático de educação” como tese geral, que permeava todas as atividades escolares; em seguida, apresentou uma subdivisão do assunto em seis tópicos.

O primeiro tópico foi intitulado *O postulado democrático*, em que ressaltou a importância da educação para a construção de um ideal democrático, onde os homens são educados para conviver e conduzir a sociedade, a respeito do ideal democrático, conforme é possível observar nos escritos de Anísio Teixeira:

O ideal, a aspiração da democracia pressupõe um postulado fundamental ou básico, que liga indissolúvelmente [*sic*] educação e democracia. Esse postulado é o de que todos os homens são suficientemente educáveis, para conduzir a vida em sociedade, de forma a cada um e todos dela partilharem como iguais, a despeito das diferenças das respectivas histórias pessoais e das diferenças propriamente individuais. (TEIXEIRA, 1956, p. 3).

Anísio Teixeira afirmou ainda que todos os homens são suficientemente educáveis, para conduzir a vida em sociedade, sendo possível a sobrevivência em um ambiente onde todos dela compartilhem; para ele, a democracia é um programa evolutivo de vida humana, que se encontra em um processo constante de aperfeiçoamento.

No segundo tópico do texto, Anísio Teixeira fez um breve relato sobre a *Origem histórica da democracia* e que ela surgiu como reivindicações políticas e de ideais individuais frente a uma opressão que existia no século XVIII:

Tais reivindicações encontraram sua formulação *teórica* no liberalismo econômico, quanto à organização do trabalho ou da produção; no liberalismo político, para a organização do Estado, e no liberalismo ético-estético, nome que a falta de outro daria a uma teoria de *libertarismo* [*sic*] pessoal, em que, à base de certo *rousseauísmo* [*sic*], se concebeu o indivíduo como algo que, deixado a si mesmo, se desenvolveria, se *exprimiria* em harmonia, bondade e beleza. (TEIXEIRA, 1956, p. 5, grifos do autor).²⁴

O terceiro tópico do texto fez referência à *Sociedade democrática*, que era composta por uma constelação de “sociedades”, na qual, conforme suas

²⁴ Por estarmos fazendo uma breve análise dos tópicos propostos no artigo, às teorias mencionadas pelo educador neste trecho não serão analisadas neste trabalho.

estratificações sociais existem sociedades menores dentro de uma sociedade maior; como exemplos, temos a família, um grupo de amigos, colegas da escola dentre outros. Para Anísio Teixeira, a sociedade poderia ser considerada democrática quando conseguisse estabelecer pontos em comum entre seus membros, respeitando as divergências:

A sociedade democrática é a sociedade em que haja o máximo de comum entre todos os grupos e, por isto, todos se entrelacem com idêntico respeito mútuo e idêntico interesse. As relações entre todos os grupos e o sentimento de que todos têm algo a receber e algo a dar emprestam à grande sociedade o sentido democrático e lhe permitem fazer-se o meio do desenvolvimento de cada um e de todos. (TEIXEIRA, 1956, p. 7).

A escola democrática era a que conseguia colocar em prática os ideais democráticos influenciando não só o professor, mas também o aluno e a administração escolar, fazendo com que na escola prevalecessem as decisões democráticas.

No quarto tópico do texto, Anísio Teixeira fez uma associação entre “Educação e processo democrático”: a ideia em si consistia em como educar o homem para que viesse a ser um homem democrático; no entanto, questionou a escola como espaço que não nasceu a partir de uma experiência democrática:

Esta experiência não tem sido e não é ainda fácil, porque a própria escola não surgiu com a democracia, mas com e para a aristocracia, e está (ainda está) muito mais apta a formar aristocratas do que democratas. Além disto, a escola nunca assumiu senão uma função parcial na educação, deixando a real formação do homem para outras instituições, sobretudo a família. E como a família era, por excelência, uma instituição inigualitária na organização social anterior à democracia, a família realmente capaz de educar era somente a família de posses, ou seja, a família aristocrática, no sentido amplo em que estou usando as palavras aristocracia e aristocrático. (TEIXEIRA, 1956, p. 7).

A partir da citação acima é possível identificar as dificuldades encontradas para que a escola conseguisse construir esse processo democrático. Dentro de sua formação em si, essa escola precisava sofrer transformações para que fosse adequada aos valores democráticos, rompendo com sua origem aristocrática; entretanto, as dificuldades se acentuaram, pois a escola era responsável pela formação do homem democrático em partes, já que a família e demais fatores externos também influenciavam na formação, dados os valores que definem como importantes e que possam não ser tão democráticos.

Já no tópico cinco, Anísio Teixeira fez referência ao *Processo democrático de educação*, em que a escola passou a ser analisada internamente. De início, o educador chamou a atenção para a escola como algo que era diferente de tudo aquilo que podia influenciar a formação humana, inclusive distinguia do lar, escritório, oficina, quartel, igreja, etc.:

A filosofia dessa escola é a de que é uma instituição especial para ensinar aos jovens certos conjuntos de conhecimentos, de técnicas e de regras morais, formuladas pela sabedoria humana e de que a criança precisará no futuro. O modo de aprender é artificial, a disciplina da escola é artificial e artificial ainda é o modo de julgar o progresso de cada um. Impossível evitar nessa organização o elemento autocrático. Toda ordem é externa e imposta, pois as crianças e jovens estão submetidos a um processo tão estranho aos interesses e necessidades reais da idade que somente completa docilidade por parte do aluno ou dura imposição por parte da escola poderão produzir a "ordem" escolar. (TEIXEIRA, 1956, p. 13).

Frente a esse contexto de artificialidades, Anísio Teixeira concluiu que tal escola, da forma como se encontrava, não poderia formar democratas; pelo contrário, poderia induzir a uma formação conformista ou até mesmo rebelde.

Já no sexto e último tópico, consta uma *Súmula* onde Anísio Teixeira fez um breve resumo, ressaltando que uma sociedade democrática é aquela que, independentemente de pontos divergentes, os seres humanos são tratados de modo igualitário:

De tal modo, a sociedade democrática não é algo que exista ou tenha existido, nem algo a que tenda o homem por evolução natural; vale dizer que a democracia não é um fato histórico pretérito, que estejamos a procurar repetir, nem uma previsão rigorosamente científica a que possamos chegar com fatal exatidão determinística, mas, antes de tudo, uma afirmação política, uma aspiração, um ideal ou, talvez, uma profecia... (TEIXEIRA, 1956, p. 15).

É possível observar que o texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 fez uma referência à educação das massas como um problema fundamental para a democracia. O texto foi concluído com uma mensagem sobre *A democracia, um programa de longos deveres*, em que os pioneiros citaram os escritos de Gustave Belot:

O ideal da democracia que, - escrevia Gustave Belot em 1919, - parecia mecanismo político, torna-se princípio de vida moral e social, e o que parecia coisa feita e realizada revelou-se como um caminho a seguir e

como um programa de longos deveres. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 203).

A partir das proposições de Anísio Teixeira em consonância com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 foi possível concluir que a educação era capaz de proporcionar uma revolução fecunda tendente a fazer com que a doutrina democrática fosse utilizada como um princípio de desagregação e de indisciplina, transformando valores morais, sociais e o espírito de colaboração.

No sexto texto que compõe o bloco Anísio Teixeira escreveu sobre a *A escola pública, universal e gratuita* valores esses que o educador defendeu ao longo de sua vida pública.

Esse artigo foi produzido a partir do pronunciamento em conferência no Congresso Estadual de Educação do Estado de São Paulo, em Ribeirão Preto, setembro de 1956, ocasião em que o autor realizou uma abordagem histórica sobre a escola pública no Brasil, enfatizando que uma educação obrigatória, gratuita e universal só poderia ser oferecida pelo Estado, sendo impossível deixá-la confiada a particulares, pois esses somente poderiam oferecê-la a quem tivesse condições econômicas para arcar com o seu pagamento. É o que revela este escrito de Anísio Teixeira:

A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas, igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos. (TEIXEIRA, 1956, p. 6).

Mais uma vez, o educador ressaltou o protagonismo do Estado, como ente capaz de garantir uma escola pública, universal e gratuita comum para todos, sem que tenhamos práticas discriminatórias advindas de um modelo aristocrático. Sobre a possibilidade de se questionar uma possível doutrinação advinda da escola pública, Anísio Teixeira enfatizou:

A escola pública universal e gratuita não é doutrina especificamente socialista, como não é socialista a doutrina dos sindicatos e do direito de organização dos trabalhadores, antes são estes os pontos fundamentais por que se afirmou e possivelmente ainda se afirma a viabilidade do capitalismo ou o remédio e o freio para os desvios que o tornariam intolerável. (TEIXEIRA, 1956, p. 6).

A escola pública, universal e gratuita, na fala de Anísio Teixeira, apresentava-se como um remédio para combater o capitalismo e as possíveis desigualdades que o sistema provocava.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 faz referência direta ao tema tratado no artigo em dois momentos distintos. O primeiro se deu quando abordou ser *A educação, uma função essencialmente pública* sobre o papel preponderante do Estado para assegurar o direito a uma educação integral, conforme consideram os Pioneiros:

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 192).

O Manifesto também faz referência à *laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação* como princípios basilares em que se assenta a escola pública; neste sentido os Pioneiros consideraram que:

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 192).

Considerando que Anísio Teixeira foi um signatário do Manifesto, ao ler este artigo e confrontá-lo com o texto dos pioneiros foi possível concluir que Anísio Teixeira definiu sua linha de raciocínio para embasar o artigo a partir das ideias defendidas no Manifesto, recapitulando pontos que na época mereciam destaque e que na década de 1960 continuaram carecendo da atenção.

É chegado o momento de Anísio Teixeira, no sétimo texto do bloco, abordar as *Bases para uma programação da educação primária no Brasil*, fazendo uma referência ao progresso técnico da sociedade. Este texto referiu-se às notas taquigráficas de exposição feita no curso de programação do desenvolvimento econômico brasileiro, dado pela CEPAL do Rio de Janeiro.

Anísio Teixeira destacou a importância de se discutir a educação sob a perspectiva econômica, retomando seus ensinamentos sobre o tema, observou que a transformação na atividade econômica demandava conhecimento técnico:

Quer dizer: a "quantidade" de educação necessária a uma sociedade deve guardar uma estreita correlação com o progresso técnico que nela se tenha operado. Muitos dos desajustamentos que o Brasil sofre decorrem de sua utilização de um progresso técnico em muito superior às suas condições educacionais. (TEIXEIRA, 1957, p. 29).

Assim, em uma perspectiva mais realista para Anísio Teixeira, o novo progresso tecnológico impôs a educação intencional ou escolar de modo cada vez mais intenso, tornando-se indispensável o prolongamento da escolaridade comum. O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 fez referência ao *Plano de reconstrução educacional* em comentários sobre *As linhas gerais do plano*. Os pioneiros fizeram importante consideração sobre a escola primária:

A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias, deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos. Ao espírito novo que já se apoderou do ensino primário não se poderia, porém, subtrair a escola secundária, em que se apresentam, colocadas no mesmo nível, a educação chamada "profissional" (de preferência manual ou mecânica) e a educação humanística ou científica (de preponderância intelectual), sobre uma base comum de três anos. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 197).

Ao discutir as bases para uma programação da educação primária no Brasil, com ênfase em um modelo que priorizava o progresso técnico e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, era possível identificar que tal ideia guardava identidade com a crítica sobre a escola primária mencionada acima: o que em 1932 já era um problema continuou sendo em proporção maior em 1957; problemas estes da educação primária que poderiam influenciar a educação como um todo.

Ainda tratando sobre ensino primário, o oitavo texto do bloco abordou *A municipalização do ensino primário* como uma obrigação estatal, devendo ser assegurada de forma gratuita e obrigatória. Este escrito é referente à tese apresentada ao Congresso Nacional de Municipalidades, em abril de 1957, ocasião em que o educador abordou a temática através de tópicos, inicialmente destacando

que a constituição brasileira, na época, assegurava a todos os brasileiros o direito a uma educação primária gratuita e obrigatória.

Anísio Teixeira trouxe à discussão a competência dos entes federativos para oferecer a educação assegurada em lei:

A competência para oferecer aos brasileiros a educação que lhes é assegurada distribui-se entre os Municípios, os Estados e a União, somente a esta fazendo-se a restrição expressa de que seu ensino é supletivo, estendendo-se a todo o território nacional, nos estritos limites das deficiências locais. (TEIXEIRA, 1957, p. 27).

No decorrer da apresentação, Anísio Teixeira fez também uma análise sobre a perspectiva econômica do ensino primário, considerando os recursos constitucionais assegurados e as competências constitucionais dos municípios para assegurar um ensino primário capaz de realizar a revolução democrática, conforme se observa no trecho:

Tenhamos a coragem de confiar no Brasil, e confiar no Brasil é confiar nos municípios, onde se está a processar a mais nova e mais profunda revolução democrática da vida brasileira, com os milagres dos homens novos, que o voto secreto e livre, a despeito de todos os equívocos e confusões, está trazendo à responsabilidade ao lhes entregar o destino das suas populações. (TEIXEIRA, 1957, p. 40).

Por ser tão importante o ensino primário para uma possível revolução democrática, deveria questionar as responsabilidades municipais à luz da autonomia municipal e até mesmo a capacidade dos municípios em prover o ensino primário, garantindo uma formação de qualidade. Sobre a municipalização do ensino primário ideia que Anísio Teixeira resgatou do Manifesto ele conclui:

A municipalização do ensino primário não é uma reforma administrativa nem pedagógica, embora também seja tudo isto: é, principalmente, uma reforma política e o reconhecimento definitivo da maioria de nossas comunidades municipais. (TEIXEIRA, 1957, p. 40).

Sendo assim, para que se tenha disposição técnica em assegurar ao ensino primário a sua importância no contexto educacional, era preciso também vontade política, pois competia aos nossos legisladores assegurar em lei os direitos necessários.

Mesmo a municipalização do ensino primário sendo discutida no contexto das obrigações e competências do Estado e guardando pertinência temática com o bloco estudado neste trabalho, o texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 não fez referência à municipalização do ensino primário.

No próximo texto a ser estudado, *Educação e desenvolvimento*, Anísio Teixeira apresentou resultados de pesquisas sobre a educação e suas possíveis implicações no desenvolvimento do país; fez referência a um relatório apresentado no Encontro Regional de Educadores Brasileiros, ocasião em que o autor apresentou resultados de pesquisas; e análises sobre o último volume publicado de *O Industrialismo e o Homem Industrial*, sobre a industrialização no contexto da civilização:

Trata-se de análise e interpretação, tão objetiva quanto possível, das diferentes estratégias que vêm conduzindo o processo de industrialização, nos diferentes países, segundo o tipo de elite que passa a comandar a grande transformação. Reconhecem os autores do estudo que a industrialização leva a certo tipo de civilização de características próprios e traços comuns. Nem por isto, contudo, há um só caminho para se chegar à sociedade industrial. Pelo contrário, diferentes caminhos a ela nos conduzem e, sobretudo, há estratégias diferentes, conforme o tipo de elite que toma o comando de sua marcha. (TEIXEIRA, 1961, p. 71).

No relatório, foi realizada uma subdivisão das elites²⁵ existentes no país e os possíveis modelos industriais que almejam, também era possível observar que o processo de industrialização por si só afetava a sociedade, seja no ambiente familiar ou laboral, podendo inclusive influenciar na concepção de Estado Nação.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 fez uma breve referência ao industrialismo, quando discorreu sobre *A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coedução*, sem fazer referência direta ao contexto sobre a revolução industrial em si, mencionado na análise da pesquisa:

A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda "na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem", cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 194).

²⁵ As elites estariam subdivididas em: 1) a elite dinástica e a comunidade paternalista; 2) a elite de classe média e a comunidade do mercado aberto; 3) os intelectuais revolucionários e o Estado centralizado; 4) o administrador colonial e a metrópole; e 5) o líder nacionalista e o Estado como guia.

Se interpretarmos o industrialismo adotando como referência o texto *Educação e desenvolvimento* é possível observar uma relação, pois o industrialismo representou um avanço da indústria no cenário econômico e as possíveis interpretações no contexto educacional.

O penúltimo texto a ser analisado neste bloco retomou a discussão sobre o ensino primário, com o título *Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário*. Esse texto consiste em um parecer de Anísio Teixeira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que estabelecia diretrizes para o Plano de Educação referente ao Fundo Nacional de financiamento do Ensino Primário, onde destacava as ideias contidas no plano e adotadas no texto legal:

As idéias de Fundo e Plano, que veio a lei adotar, importam em considerar especiais os serviços públicos de ensino e, deste modo, sujeitos a tratamento diverso daquele que recebem os serviços públicos normais. Dentro da prática administrativa brasileira, o precedente mais próximo desse regime especial, agora adotado para a educação e o ensino, encontra-se no plano rodoviário do país, para o qual também se estabeleceram recursos especiais, obrigatoriedade de planos periódicos e articulação entre as atividades da União, dos Estados e dos Municípios. (TEIXEIRA, 1962, p. 97).

Anísio Teixeira destacou ainda a necessidade de instituir um plano considerando que o texto da Constituição de 1946 obrigava, em seu Art. 73, a inclusão discriminada das dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos, daí a necessidade de instituir um Fundo Nacional para o ensino primário conforme preceitua o texto constitucional. Após destacar o texto constitucional, o educador se propôs a detalhar o seu parecer demonstrando não só a necessidade, mas também a viabilidade de tais medidas para fortalecer o ensino primário.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 não fez referência expressa à criação de um fundo específico para financiar o ensino primário, no entanto faz referência à instituição de um “Plano de Reconstrução Educacional”, como uma obrigação do Estado em si. Em outras palavras, o mencionado plano não faz referência direta, mas estabelece uma linha de pensamento também sob a perspectiva econômica.

O bloco é encerrado com um texto sobre o *Plano de finanças da educação* onde Anísio Teixeira abordou as questões que versavam sobre as finanças da educação no contexto da escola. Esse texto foi apresentado como uma comunicação realizada no primeiro encontro de representantes dos Conselhos

Estaduais de Educação com o Conselho Federal de Educação, ocasião em que destacou o papel da escola:

A escola, com efeito, compreende inversão econômica do mais alto vulto em edificações e equipamento e emprega massa de pessoal técnico e de serviço, numeroso e diversificado, em proporções superiores, sem dúvida, durante a paz, aos próprios serviços de defesa de um país. Em suas edificações, constitui um dos mais complexos conjuntos, neles incluindo-se os elementos da residência humana, dos serviços de alimentação e saúde, dos esportes e recreação, da biblioteca e museu, do teatro e auditório, oficinas e depósitos, sem falar no que lhes é privativo, ou sejam as salas de aulas e os laboratórios. A arquitetura escolar, por isso mesmo, inclui todos os gêneros de arquitetura. É a escola, em verdade, o lugar para aprender, mas aprender envolve a experiência de viver, e dêste modo todas as atividades da vida, desde as do trabalho até as de recreação e, muitas vezes, as da própria casa. (TEIXEIRA, 1964, p. 6).

Ao apresentar os possíveis elementos que compunha a estrutura de uma escola, Anísio Teixeira visava inicialmente demonstrar a importância que as finanças tinham para garantir uma escola que conseguisse suprir as possíveis necessidades da população brasileira. O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 não fez referência direta à instituição de um *Plano e finanças da educação*, no entanto faz referência a um *Plano de Reconstrução Educacional* como uma obrigação do Estado que será mais bem detalhado em bloco que tratará sobre o Plano de Reconstrução em si.

Ao concluir o estudo deste primeiro bloco de textos de Anísio Teixeira é possível ter uma noção mais objetiva sobre a educação no contexto do Estado e a importância do Estado como garantidor de um modelo de educação que fosse capaz de atender às necessidades da população brasileira da época levando-se em conta que a opção metodológica de estudar os artigos de forma individualizada não implicou em descontextualizá-los do bloco em si que versa sobre *Educação e Estado*. Com efeito, não é necessário grande esforço para enxergar a abrangência do bloco em si e a capacidade do mesmo em acomodar todos os textos analisados e, até mesmo, direta ou indiretamente os outros dois blocos que se seguem.

O segundo bloco²⁶ a ser estudado abordará a questão da *Reconstrução Educacional*, fazendo uma discussão sobre a educação que existia na época e a educação que se desejava construir a partir do modelo existente.

²⁶ Os artigos que compõem o estudo do segundo bloco são os seguintes: 1) Notas sobre a educação e a unidade nacional; 2) Condições para a Reconstrução Educacional Brasileira; 3) A crise educacional brasileira; 4) Educação - problema da formação nacional; e 5) Estado atual da educação.

3.2 RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL

No primeiro texto deste segundo bloco, Anísio Teixeira apresentou algumas *Notas sobre a educação e a unidade nacional* com considerações gerais sobre a educação em si no contexto da unidade nacional, que ele preferia chamar de coesão ou integração nacional.

O educador discursou sobre o tema em palestra proferida em 11 de agosto de 1952, na Associação Brasileira de Educação, ocasião em que afirmou não poder tratar a unidade nacional somente sob a perspectiva da educação, pois isso seria uma limitação inibidora, frente à dimensão do tema. Para o educador, inicialmente se deveria discuti-lo de forma mais genérica, o que ele preferiu denominar de temática de coesão ou integração nacional, fazendo algumas considerações gerais sobre o tema:

Não tenho, assim, outro recurso senão o de fazer preceder os meus comentários de algumas considerações gerais que me parecem indispensáveis para situar a questão da unidade nacional, que preferiria chamar de coesão ou integração nacional. Uma nação ou um povo é a expressão de sua cultura e essa cultura será tanto mais una, homogênea e inteiriça quanto mais simples ou primitiva. A unidade de uma cultura primitiva é quase perfeita e tanto mais perfeita quanto mais fôr inconsciente. Nas culturas avançadas ou superiores, altamente conscientes, esse tipo de unidade só é conseguido em momentos de perigo e de guerra e, por isto mesmo, também só é aceito como coisa provisória e passageira. A unidade não é, assim, um bem senão sob certas condições e em certa quantidade. Demasiada unidade é uma condição de elementarismo, ou, então, nas culturas desenvolvidas, um constrangimento somente suportável temporariamente, em situações excepcionais de crise ou de guerra. (TEIXEIRA, 1952, p. 35).

Anísio Teixeira associou a condição de progresso à evolução da vida, às culturas em uma sociedade diversificada e pluralista, que caminha em sentido contrário à ideia da unidade nacional, a qual se mostra viável em situações extremadas de perigo e de guerra.

O desenvolvimento cultural da humanidade é um caminho que deve ser percorrido, passando-se por uma ideia de unitário, mas em busca da diversidade; assim, a educação constitui-se como uma das condições importantes para o processo de diversificação ou florescimento e para a diversificação cultural, tanto que o educador ressaltou que a educação não deveria ser pensada sob o viés da unidade nacional e sim sob a perspectiva de diversificação nacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação de Nova de 1932 faz referência sobre a unidade nacional ao fazer recomendações sobre *A função educacional*, quando se refere à descentralização no contexto da organização da educação brasileira unitária sobre as bases e princípios do Estado, frisando que unidade não significa uniformidade, mas antes pressupõe multiplicidade. Nesta perspectiva, Anísio Teixeira desenvolveu seu raciocínio na palestra proferida na Associação Brasileira de Educação (ABE). O fragmento abaixo, transcrito do Manifesto, permite tal interpretação:

A organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 195).

A ideia de unidade nacional, presente no Manifesto e no discurso proferido na ABE, ganhou novamente destaque na trajetória de Anísio Teixeira. Com efeito, o discurso passou a fazer parte de sua obra intitulada *Educação no Brasil*, publicada pela Editora Nacional em 1969.

O segundo texto deste bloco abordou um tema relevante na época, ou seja, definir as condições necessárias para se pensar em um movimento de *Reconstrução Educacional Brasileira*. Anísio Teixeira fez uma recapitulação histórica da formação do povo brasileiro, considerando aspectos inerentes ao nosso processo de colonização, e observou que a educação era composta por diversos fatores, sendo a escola uma das responsáveis, mas não a única, por uma boa educação, tratando o tema também sob a perspectiva social, familiar e religiosa.

A educação de um povo somente em parte se faz pelas suas escolas. Compreendida como o processo de transmissão da cultura, ela se opera pela vida mesma das populações e, mais especificamente, pela família, pela classe social e pela religião. A escola, como instituição voluntária e intencional, acrescenta-se a essas outras instituições fundamentais de transmissão da cultura, como um reforço, para completar, harmonizar e tornar mais consciente a cultura, em processo natural de transmissão, e, nas sociedades modernas de hoje, para habilitar o jovem à vida cívica e de trabalho, em uma comunidade altamente complexa e de meios de vida crescentemente especializados. (TEIXEIRA, 1953, p. 3).

A estabilidade cultural e a regularidade dos processos de mudança tendem a facilitar as funções da escola, de modo a refletir diretamente na formação dos alunos e no contexto social em que os mesmos estão inseridos. Ainda a respeito do modelo de reconstrução da educação, Anísio Teixeira mencionou a importância que a escola teve para os países que a definiram como prioridade:

Vimos, com efeito, nos últimos cinquenta anos, somente sobreviverem às convulsões e guerras da nossa época, conservando a paz social, as nações que chegaram a organizar os seus sistemas escolares com o mínimo de universalidade e de eficiência, indispensáveis a uma relativa continuidade de suas culturas em mudança. (TEIXEIRA, 1953, p. 4).

A Reconstrução Educacional no Brasil ganhou destaque no texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932: o tema foi abordado na parte inicial do documento, na forma de uma mensagem ao povo e ao governo, em que a educação é alçada a um patamar de importância no cenário nacional, sobrepondo-se até mesmo às questões de ordem econômica.

Para os Pioneiros, existia uma necessidade premente de se reconstruir o modelo educacional existente, dado que até o momento só haviam sido realizadas reformas parciais e frequentemente arbitrárias, colocadas em curso sem planejamento econômico e sem uma visão maximizada do problema com todas as suas nuances. Na realidade, o que se tinha eram práticas muitas vezes isoladas, algumas das quais já em ruínas pelos motivos elencados.

Neste cenário de reconstrução, os Pioneiros destacaram a falta de iniciativa frente à desorganização do aparelho escolar:

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 188).

Assim, a tarefa de reconstruir parecia mais complexa do que se imaginava. Ora, se a mudança não fosse estrutural poderia incorrer nos velhos erros do passado que fizeram com que uma crise permanente se perpetuasse, ocasionando a insatisfação dos Pioneiros da Educação Nova.

No próximo texto, o terceiro deste segundo bloco, Anísio Teixeira fez uma análise diagnóstica sobre *A crise educacional brasileira*, que até o momento não havia sido tratada de forma direta e com a atenção merecida. O educador iniciou o texto afirmando que parecia ser um consenso, na sociedade, a opinião sobre a gravidade da situação educacional brasileira, mas que as divergências surgem na análise das causas dessa situação e na indicação da solução mais aconselhável.

Os analistas de nossas escolas sempre assinalaram um impasse: como construir um sistema escolar para uma nação, cujo progresso o requer, mas não o determina? Precisávamos de educação. Mas, as condições existentes não nos haviam preparado para a espécie de educação de que dispúnhamos, isto é, copiada de modelos alienígenas, sobretudo europeus. A escola, assim, não podia fugir a certo aspecto irreal, se não absurdo, no melhor dos casos, e, nos demais, paternalista, assistencial e salvador. (TEIXEIRA, 1953, p. 25).

A partir da citação de Anísio Teixeira, é possível compreender que existia até então um modelo ineficiente, criado a partir da realidade de outros países, em especial os europeus, que não apresentavam semelhança com a realidade brasileira. Logo, o problema central da crise educacional consistia na existência de uma escola que não correspondia à realidade e aos anseios do povo brasileiro.

Ainda sobre a tentativa de readaptar modelos de outros países no Brasil, Anísio Teixeira descreveu da seguinte forma:

A crise educacional brasileira é, assim, um aspecto da crise brasileira de readaptação institucional. A escola transplantada ! para o nosso meio sofreu deformações que a desfiguram e a levam a assumir funções não previstas nas leis que a buscam disciplinar, impondo-se-nos um exame da situação à luz dessa realidade e não das aparências legais, para descobrirmos as causas e os remédios de sua crise. (TEIXEIRA, 1953, p. 27)

Um país tão heterogêneo quanto o Brasil não admite a implantação de um modelo que não tenha sido pensado para solucionar os seus próprios problemas, respeitando-se suas próprias complexidades. Para o educador, as tentativas de readaptação fizeram com que se acentuassem os problemas, pois nunca chegamos a possuir uma “cultura própria”, nem uma “cultura geral” capaz de nos conscientizar dos reais problemas da educação brasileira.

No texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, a educação foi colocada no topo da hierarquia dos problemas nacionais, tanto em relação à importância quanto à gravidade, conforme preceituaram os pioneiros:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 188).

Se o modelo existente não estivesse atravessando um período de crise, não haveria justificativa para importantes educadores subscreverem o texto do Manifesto na época, não sendo possível encontrar em outra parte do documento qualquer menção direta a uma crise educacional de forma explícita.

No penúltimo texto deste bloco, Anísio Teixeira abordou a *Educação – problema da formação nacional* e as possíveis implicações deste problema no contexto educacional, afirmando que, uma vez que o Brasil buscava se desenvolver, a educação tornava-se uma necessidade mais urgente do seu povo.

Anísio Teixeira mencionou ainda o atual momento de desenvolvimento que atravessava o país, fazendo com que a educação deixasse de ser um tema que servisse de inspiração para vagos idealistas e passasse a tornar-se uma necessidade do povo que ansiava por mudanças; destacou inclusive a importância do tema nas agendas governamentais:

Nenhum programa de govêrno pode dar-se ao luxo de deixar o problema envolto nas generalidades de um paternalismo já superado, anunciando-lhe a solução por meio de campanhas de caridade educacional, do mesmo modo por que já não se pode com a "sopa dos conventos" resolver o problema social. O processo de unificação do povo brasileiro vem-lhe dando plena consciência dos seus direitos e já sabe êle buscar na escola a justiça social que lhe era antes negada em face dos privilégios educacionais. (TEIXEIRA, 1958, p. 21).

O educador fez também uma análise da dimensão da escola pública primária e seus números na época, destacando a existência de mais de 75 mil escolas, com aproximadamente 155 mil professores e 5 milhões de alunos, com custo não inferior a 5 bilhões de cruzeiros.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 faz referência *A unidade de formação de professores e a unidade de espírito*, referindo-se a professores de todos os graus e observando que uma parcela significativa é

recrutada em todas as carreiras sem qualquer preparação profissional, caso dos professores do ensino secundário e os do ensino superior.

A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 200).

A formação docente no Brasil já representava um grave problema a ser enfrentado na década de 1930, tanto que tal situação se agravou, conforme destacado no texto de Anísio Teixeira.

No último texto escrito por Anísio Teixeira, no âmbito deste bloco, o educador apresentou um diagnóstico sobre o *Estado atual da educação* no Brasil no período de 1914 a 1960, adotando como referência temporal a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e as possíveis implicações que a mesma havia trazido para educação brasileira. Anísio Teixeira destacou que, até a Primeira Guerra Mundial, a sociedade brasileira era constituída de uma elite e de uma massa iletrada, com sinais de surgimento de uma classe média, sem maior prestígio socialmente:

Somente após a Segunda Guerra Mundial é que realmente se inicia, no país, o surto industrial que, a exemplo das outras nações desenvolvidas, iria mudar a estrutura da sociedade brasileira. A década de vinte é muito reveladora da mudança em curso, com as suas primeiras agitações político-militares, preparatórias da revolução de trinta, e um característico reflexo no sistema escolar. (TEIXEIRA, 1963, p. 8).

O surgimento do modelo industrial influenciou diretamente na estrutura da sociedade brasileira, que começou a organizar-se em grupos e a reivindicar direitos. Como marco desse período, Anísio Teixeira citou o surgimento do movimento de redemocratização do ensino primário, no Estado de São Paulo, a partir da chamada reforma Washington Luís. No texto, construiu uma sequência cronológica de acontecimentos que marcaram a educação até a década de 1960²⁷.

²⁷ Neste trabalho, concentramos nossa análise apenas da parte introdutória dessa sequência cronológica, o que se mostrou satisfatório para o objetivo desta pesquisa.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 trouxe também um panorama da educação brasileira em 1932, ao apresentar um texto sobre *A Reconstrução Educacional no Brasil*; com base no que existia até então, os pioneiros apresentaram um diagnóstico:

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. (REVISTA HISTEDBR..., 2006, p. 188).

Ao analisar o texto escrito por Anísio Teixeira, é possível observar que ele fez um exercício de reflexão, que também se revelou no Manifesto, do qual foi signatário; ou seja, estabeleceu um marco temporal e fez uma análise da situação da educação naquele contexto.

No terceiro²⁸ e último bloco, a seguir, pretende-se ir além do estudo desenvolvido neste segundo bloco sobre a *Reconstrução Educacional*, isto é, visa analisar o *Plano de Reconstrução*, responsável pelas diretrizes da reconstrução em si.

3.3 PLANO DE RECONSTRUÇÃO

O primeiro texto deste bloco traz a discussão sobre *A Universidade e a liberdade humana*. No texto, Anísio Teixeira fez um relato histórico da produção do conhecimento sob a ótica da liberdade humana, considerando as ideias iniciais do surgimento das universidades e destacando que no Brasil muito ainda havia para ser feito no campo material; um país de dimensões continentais com uma população diminuta, que começava a despertar para o saber, formando aglomerações nas grandes cidades por todo o país, em busca de novas experiências e melhores condições de vida, conforme se observa no excerto abaixo ao contextualizar saber e experiência:

²⁸ Os artigos que compõem o estudo deste terceiro bloco são os seguintes: 1) A Universidade e a liberdade humana; 2) A escola secundária em transformação; 3) A educação que nos convém; 4) O espírito científico e o mundo atual; 5) A escola brasileira e a estabilidade social; 6) A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional?; e 7) A universidade de ontem e de hoje.

Todo saber é uma "experiência" de saber. Tôda ciência é uma vitória da persuasão sôbre a força. À medida que se estende a área do conhecimento racional e relativo, nesta medida se amplia a área de tolerância e de respeito pelo homem, e cresce a reverência pela sua missão de estender e desenvolver a aventura da vida sob o sol. (TEIXEIRA, 1953, p. 22).

A tarefa primordial das universidades era desenvolver-se cientificamente e tecnicamente para alimentar a grande necessidade imediata do progresso material no Brasil contemporâneo.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 fez referência direta ao problema da universidade ao abordar o tópico *O conceito moderno de Universidade e o problema universitário no Brasil*, tecendo críticas ao modelo adotado no Brasil, que então estava voltado exclusivamente para o serviço das profissões liberais (engenharia, medicina e direito). De acordo com o documento, para uma educação universitária é importante alargar os horizontes científicos e culturais, a sua finalidade estritamente profissional, conforme se observa no trecho a seguir:

A educação superior que tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões "liberais" (engenharia, medicina e direito), não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais a sua finalidade estritamente profissional e sem abrir os seus quadros rígidos à formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessível a todas. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 198).

O texto do Manifesto faz referência, ainda, à necessidade de reorganizar as bases da educação universitária, de modo a proporcionar a criação de cursos em diversas áreas do saber, tais como ciências sociais, econômicas, dentre outras, para atender às demandas sociais e aos diversos campos do conhecimento.

No segundo texto deste bloco, *A escola secundária em transformação*, Anísio Teixeira fez uma análise das transformações que ocorreram na escola secundária, que, no passado, sempre foram responsáveis por construir a base para que os alunos conseguissem chegar ao ensino superior.

O educador apresentou o tema em palestra realizada no Seminário de Inspectores de Ensino Secundário, ocasião que tratou de assuntos na sua concepção elementares e indispensáveis para se compreender o desenvolvimento da escola secundária.

Essa escola tinha o papel de preparar os candidatos ao ensino superior, uma vez que possuía uma clientela destinada a esta modalidade de ensino; assim como também tinha como objetivo fornecer o que se chamava de cultura geral, na época, sem oferecer uma formação de caráter prático conforme se observa:

Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia. (TEIXEIRA, 1954, p. 4).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, por sua vez, ao fazer referência ao “Plano de reconstrução educacional”, abordou em linhas gerais uma transformação da escola secundária:

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de "um grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 197).

Os pioneiros frisaram, ainda, que dentre as reformas necessárias, a da escola secundária era o ponto nevrálgico, pois os problemas do ensino secundário estavam correlacionados com um modelo ultrapassado.

O texto seguinte consiste em uma análise opinativa, em que Anísio Teixeira estabeleceu parâmetros para um modelo de educação, ou seja, *A educação que nos convém*. Para o educador, a organização da educação e do sistema educacional brasileiro possuía problemas advindos de sua formação originária, de viés religioso, o que exigiria uma importante revisão dos meios até então implantados e o desenvolvimento de um mecanismo simples e eficaz, que permitissem a adaptação da educação às exigências mais diversas e ao trabalho com os recursos mais desiguais.

O texto abordou o assunto de forma detalhada, visou demonstrar a educação que nos convinha sob a ótica de Anísio Teixeira, mas como o objetivo deste trabalho é analisar o pensamento de Anísio Teixeira na perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 a partir de seus escritos na RBEP, não detalhei aqui o modelo de educação proposto no texto.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, ao abordar as *Finalidades da educação*, destacou que a educação nova possuía limites que transcendiam os limites de classes:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 191).

A partir do texto proposto por Anísio Teixeira à luz do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, foi possível concluir que com um caráter mais humano, a educação poderia contribuir para formar nossas bases democráticas, conforme as capacidades de cada indivíduo que busca oportunidade. Assim, uma educação conveniente pode ser interpretada como aquela que seja capaz de formar o ser humano em cada uma das etapas do seu crescimento e de acordo com as concepções de mundo.

No quarto texto deste bloco, Anísio Teixeira escreveu sobre *O espírito científico e o mundo atual*, onde tratou da evolução do espírito científico até aquele momento e fixou alguns dos aspectos que vinham resultando da aplicação da ciência no mundo. Esse texto foi proveniente de uma aula inaugural proferida por Anísio Teixeira na Universidade do Rio Grande do Sul, a convite do Conselho Universitário, no dia 2 de março de 1955, no Salão Nobre da Faculdade de Medicina da mesma universidade.

Diante de uma plateia de jovens estudantes que passariam a viver as questões da ciência de forma mais intensa, interpretar as questões da ciência no contexto da época era o propósito da aula inaugural, assim como apontar que o progresso científico pode apresentar consequências distintas das desejadas, como percebemos no breve relato:

A ciência nos está dando o progresso material e também nos dá, o que é mais importante, um método de permanente revisão deste mesmo progresso. O impacto das mudanças ocorridas só não é integralmente benéfico, porque muitas das suas consequências não são analisadas e julgadas pelo mesmo método que as produziu. (TEIXEIRA, 1955, p. 24).

Conforme defendido pelo educador, o progresso científico deveria estar sujeito a uma permanente revisão e um progresso constante, assim se poderia conseguir minimizar eventuais consequências negativas.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, em sua parte introdutória, trouxe a importância da adoção de métodos científicos para entender os problemas que permeavam a educação, frisando que inexistia um espírito científico, termo que Anísio Teixeira utilizou ao proferir a palestra na universidade:

Se têm essa cultura geral, que lhe permite organizar uma doutrina de vida e ampliar o seu horizonte mental, poderá ver o problema educacional em conjunto, de um ponto de vista mais largo, para subordinar o problema pedagógico ou dos métodos ao problema filosófico ou dos fins da educação; se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 189).

O Anísio Teixeira signatário do Manifesto retomou a discussão sobre o espírito científico mais de duas décadas depois do texto de 1932, demonstrando novamente que o Manifesto foi sua fonte de inspiração ao longo de sua vida acadêmica.

O educador, portanto, exercitou de novo sua capacidade de fazer análises sobre a situação educacional brasileira, desta vez articulando com a estabilidade social, que abordou em texto próprio, intitulado *A escola brasileira e a estabilidade social*. O escrito é referente à Conferência pronunciada no Clube de Engenharia, ocasião em que Anísio Teixeira destacou a dificuldade de descrever, em uma única palestra, a exata situação educacional brasileira. Ele dividiu os níveis de ensino em primário, médio e superior, destacando os fatos mais significativos, para interpretá-los sob a ótica do sistema de educação como um todo; e objetivando caracterizar as tendências e indicar possíveis correções para os erros existentes. Sobre a educação primária, Anísio Teixeira destacou:

A situação educacional brasileira apresenta-se como uma pirâmide, em que a base não chega a ter consistência e solidez de tão tênue que é, logo se afilando, mais à maneira de um obelisco do que mesmo de uma pirâmide. Tal aspecto manifesta-se desde a escola primária. (TEIXEIRA, 1957, p. 57).

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 discutiu-se o *Plano de reconstrução educacional*, os signatários do Manifesto deram destaque para O *ponto nevrálgico da questão*, em que ficou claro a demonstração de uma hierarquia das instituições escolares (infantil, primária, secundária e superior ou universitária) e, conseqüentemente, a importância da escola como fator garantidor da estabilidade social:

A escola do passado, com seu esforço inútil de abarcar a soma geral de conhecimentos, descurou a própria formação do espírito e a função que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida. Sobre a base de uma cultura geral comum, em que importará menos a quantidade ou qualidade das matérias do que o "método de sua aquisição", a escola moderna estabelece para isto, depois dos 15 anos, o ponto em que o ensino se diversifica, para se adaptar já à diversidade crescente de aptidões e de gostos, já à variedade de formas de atividade social. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 198).

O penúltimo texto deste bloco fez um questionamento sobre *A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional?* Ao responder a pergunta, Anísio Teixeira construiu uma crítica ao texto normativo substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tramitava na Câmara Federal, e desejava conceder a categoria pública ao ensino privado, conforme observa:

Ja observei, certa vez, que as origens dessa tendência mergulham em nosso passado colonial. Os primeiros donatários deste País já eram exemplos desse público que se faz privado. Enquanto na colonização inglesa as sociedades colonizadoras, a princípio puramente comerciais, pouco a pouco se faziam públicas, na colonização portuguesa, as capitânicas eram instituições públicas que pouco a pouco se faziam privadas. Com os ingleses, o privado tendia a se fazer público; com os portugueses, o público tendia a se fazer privado. Guardamos o velho vinco, o velho hábito, a antiga mazela e eis que ressurgem ela agora na lei básica da educação nacional. Vale a pena rápida reconstituição histórica, para marcar a forma com que a velha deformação nacional vem repontar no quadro do sistema público de educação brasileira. (TEIXEIRA, 1959, p. 27).

Interpretando o texto de Anísio Teixeira é possível concluir que a referida involução no texto da lei carregava consigo problemas advindos do período colonial, que permeavam os textos legais e maculavam alguns de nossos legisladores, os quais insistiam em confundir o público com o privado — herança da colonização portuguesa, que alimentou velhos hábitos e antigas mazelas, as quais já deveriam ter sido superadas com o advento da República.

O texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, ao abordar as *Diretrizes que se esclarecem*, citou a importância de transformar as ideias que estavam sendo manifestadas em um documento formal, para assegurar que a barreira da teoria para que a prática fosse suplantada, documento que foi criticado por Anísio Teixeira anteriormente:

Era preciso, pois, imprimir uma direção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e levá-lo a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades. Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público, as bases e diretrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o público e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 190).

O dever de formular um documento público, mencionado no texto do Manifesto, consistiu na ideia que iria desencadear a futura criação do texto da Lei de Diretrizes e Bases da educação; em outras palavras, a necessidade de regulamentação estava nitidamente demonstrada nos ideais dos Pioneiros da Educação Nova.

O texto seguinte, *A universidade de ontem e de hoje*, é o último deste bloco, no qual a análise de Anísio Teixeira sobre a universidade permitiu pensar na universidade do futuro. Primeiramente, o educador realizou um histórico da evolução da universidade a partir de meados do século XIX, quando se buscava saber o passado para saber o futuro; nesse momento, o saber utilitário não era bem aceito na época, porquanto se construía uma universidade seletiva que visava formar uma elite e na qual a ênfase da pesquisa consistia na busca do saber pelo saber, a partir de algo preconcebido:

O saber aplicado e utilitário era olhado com desdém e considerado um abastardamento dos objetivos da instituição, que visava antes de tudo à vida do espírito. Não percamos de vista que a universidade de preparo de profissionais, ou mesmo de cultura geral para a formação da elite, já seria uma universidade de certo modo prática. Com a pesquisa, como foi inicialmente concebida, voltou-se à preocupação da busca do saber pelo saber, pela torre de marfim, pelo mandarinato de eruditos e pesquisadores. (TEIXEIRA, 1964, p. 42).

Ao longo do texto, Anísio Teixeira aprofundou sua análise, detalhando o modelo universitário brasileiro e enumerando os possíveis problemas existentes que comprometiam o pensar universitário:

O Brasil, contudo, não é exatamente uma colônia de bem-pensantes. É muito mais uma charada, um enigma, um desafio, um feixe gigantesco de problemas e clamar por solução, uma nação a lutar pelo seu desenvolvimento, e não algo de quieto e pacífico como as sociedades pré-revolucionárias dos fins do século dezoito. (TEIXEIRA, 1964, p. 47).

Frente aos problemas levantados por Anísio Teixeira, fazia necessária a época que a sociedade universitária saísse da situação de letargia, para que alunos, professores e a comunidade científica como um todo pudessem conjuntamente criar um movimento universitário que fosse capaz de construir uma universidade com ênfase na pesquisa e na descoberta.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 dedicou parte de seu texto a fazer considerações sobre *O conceito moderno de Universidade e o problema universitário no Brasil*, momento em que os signatários do texto teceram críticas à formação da educação superior com ênfase na formação de profissionais liberais e chamou atenção para a importância de se pensar em formar pesquisadores:

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. (REVISTA HISTEDBR. 2006, p. 199).

Ao fazer a leitura do texto escrito por Anísio Teixeira em 1964 e contextualizá-lo com o Manifesto de 1932, observou-se mais uma vez que o autor realizou uma viagem ao passado, resgatando os ideais que um dia defendeu.

O terceiro capítulo desta dissertação, portanto, foi desenvolvido com o objetivo de verificar o quanto os textos escritos por Anísio Teixeira na RBEP, no período de 1952 a 1954, guardam identidade com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Visando alcançar tal objetivo, os textos foram divididos em três blocos formados a partir da pertinência temática, conforme detalhado ao longo deste capítulo.

Sobre tais blocos pode-se concluir que o primeiro, que versa sobre *Estado e Educação*, foi o norteador, considerando-se que os dois outros blocos implicitamente estão contidos no primeiro. Os blocos *Reconstrução Educacional* e o *Plano de Reconstrução* em si estão relacionados com as responsabilidades do Estado em prover uma educação pública, igualitária, laica e gratuita; interpretar tais blocos descontextualizados do papel do Estado comprometeria a análise em si.

Dado que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 proporcionou a formação dos blocos do trabalho e que os textos de Anísio Teixeira foram agrupados conforme a pertinência temática; e que, ainda, ficou nítido que um texto poderia ser discutido em mais de um bloco, a identidade dos escritos do educador com o Manifesto em si é algo verídico. No entanto, tais interpretações tornam-se possíveis, também, por ser o Manifesto um documento de intenções que permite interpretações em diversos contextos.

A partir de uma análise detalhada dos escritos no respectivo período é possível construir novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi de, inicialmente, compreender o processo de federalização da educação no Brasil, sob a perspectiva de valorização do magistério, implantação da carreira nacional de magistério e oferta de educação integral aos brasileiros.

A curiosidade de pesquisar o processo de federalização surgiu quando conheci a proposta de criação do Programa Federal de Educação Integral de Qualidade Para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base, apresentada pelo senador Cristovam Buarque no ano de 2008 e consubstanciada com a proposição do Projeto de Lei nº 320, no ano de 2008.

Ao buscar compreender o processo de federalização em um contexto histórico, deparei-me com a ideia da escola única contida no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, a qual consiste em um dos pilares do processo de federalização.

A escola única foi idealizada por Anísio Spínola Teixeira com o objetivo de universalizar o ensino. O anseio em conhecer o projeto idealizado pelo educador fez com que despertasse o interesse de conhecer um pouco mais sobre a carreira e obra de Anísio Teixeira. Na busca pelos seus escritos, encontrei registros na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), de modo que o periódico, tal qual o Manifesto, passaram a compor o objeto desta pesquisa.

De posse do Manifesto o meu primeiro movimento foi realizar um levantamento de todas as edições da RBEP e, posteriormente identificar as que continham registros de escritos de Anísio Teixeira, neste percurso chamou minha atenção a longevidade da gestão do educador a frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que posteriormente foi denominado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, como uma homenagem ao educador.

Anísio Teixeira esteve à frente do INEP de 1952 a 1964, de modo que adotei esse período como delimitador temporal da pesquisa com o propósito maior de estudar o pensamento de Anísio Teixeira na RBEP durante o período mencionado. Considerando que a RBEP é elementar para a pesquisa, foi preciso primeiro

compreender como se deu o surgimento do periódico e quais os propósitos que permeavam sua criação.

Para nortear o estudo, decidi analisar os editoriais da revista durante o período em que Anísio Teixeira esteve à frente do INEP; a partir daí, foi realizada uma divisão em três blocos conforme a pertinência temática adotada ao trabalhar o conteúdo dos editoriais em si. Porém, esses blocos não foram estudados de forma estanque: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 serviu como parâmetro para compreender os blocos em si, sempre que possível visando a encontrar uma relação de identidade entre o texto dos pioneiros e os editoriais da RBEP.

Após analisar os editoriais, senti a necessidade continuar a caminhada para buscar traçar um paralelo entre o Anísio Teixeira signatário do Manifesto e o Anísio Teixeira diretor do INEP, quais ideias ele defendeu antes e continuava a defender durante sua gestão; para isso, a análise se deu sobre os textos que o educador publicou na RBEP no período entre 1952 a 1964, que no total somam 31 publicações.

A primeira publicação à frente do INEP que mereceu um estudo pormenorizado foi o discurso de posse registrado nas páginas da revista, no qual Anísio Teixeira fez uma retrospectiva de sua caminhada, que teve início na Bahia; pode-se afirmar que o texto do discurso foi um norteador do que viria a ser a gestão Anísio Teixeira a frente do INEP.

Posteriormente, as demais publicações contidas na RBEP foram divididas em três blocos temáticos conforme a pertinência temática: o primeiro bloco versa sobre *Educação e Estado*, o segundo bloco sobre a *Reconstrução Educacional* e terceiro e último bloco sobre o *Plano de Reconstrução*.

Assim foi possível distribuir os textos de Anísio Teixeira e melhor interpretá-los, sendo que esse movimento foi realizado adotando-se mais uma vez o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como parâmetro para fins de conseguir interpretar o pensamento do educador. Através desse movimento, foi possível observar que em diversos momentos Anísio Teixeira resgatou ideias contidas no texto do Manifesto, procurando contextualizar com as situações que vivenciava em seu dia a dia.

Pode-se dizer que o Manifesto foi um ponto de partida e a RBEP a caminhada percorrida, sendo o INEP o caminho em si. É possível observar, através da divisão dos textos em blocos, o quanto é vasta a bibliografia de Anísio Teixeira; suplantando os limites impostos pela pedagogia, passando por questões administrativas, sociológicas e até mesmo filosóficas, ele escreveu sobre uma infinidade de temas ao longo de sua vida acadêmica e, de forma mais intensa, durante o período em que esteve à frente do INEP.

Ainda sobre os pontos de correspondência entre o Manifesto e os escritos de Anísio Teixeira durante sua gestão no INEP, é possível identificar que o educador defendeu a ideia de uma escola pública, universal e gratuita, a qual foi igualmente defendida pelos Pioneiros da Educação Nova ao tratarem da educação, como uma função essencialmente pública e também ao abordarem a questão da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

Movimento semelhante fez Anísio Teixeira ao discutir, em diversos momentos a frente do INEP, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ideia essa que estava contida no Manifesto, ao fazer proposições sobre o Plano de Reconstrução Educacional, apontando a necessidade de criação de um instrumento normativo para a educação no Brasil. Ao tratar da LDB, Anísio Teixeira resgatou do texto do Manifesto a ideia de um currículo único para todos os graus e ramos do ensino, assim como a unidade de formação de professores.

Em diversos pontos do trabalho, é possível observar semelhanças e identidade entre o texto do Manifesto e o que Anísio Teixeira escreveu. Exemplo disso está no fato de, em 1957, o educador trazer luz sobre “A escola brasileira e a estabilidade social”, ao passo que no texto do Manifesto ressaltou-se, em 1932, “O papel da escola na vida e a sua função social”. Ora, passadas duas décadas e meia desde a publicação do Manifesto, é possível verificar que o tema não foi abandonado pelo educador e sim resgatado, com o propósito de reafirmá-lo.

O mesmo movimento é observado ao se tratar da organização de um sistema nacional de educação, o que foi preconizado e defendido no Manifesto e ratificado por Anísio Teixeira ao defender a necessidade de organização da educação brasileira em bases nacionais.

Novos estudos sobre a bibliografia de Anísio Teixeira poderão ser realizados, outros textos estudados. Não é propósito desta dissertação esgotar as discussões sobre os escritos do educador registrados na RBEP entre 1952 e 1964; mas sim

demonstrar que tais registros guardam identidade com o texto do Manifesto, se considerarmos o lapso temporal entre 1932, ano de publicação do Manifesto com a assinatura do educador, e 1964, ano do término de sua gestão no INEP. Três décadas se passaram e as ideias apregoadas pelos pioneiros se mantiveram presentes na produção bibliográfica de Anísio Teixeira.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO comum do homem moderno. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 34, n. 80, p. 3-7, out./dez. 1960. Editorial.
- BIBLIOGRAFIA de Anísio Teixeira. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001.
- BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. **Produção Intelectual**. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- CARNEIRO, Otávio Dias. Educação e desenvolvimento econômico. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 38, n. 87, p. 3-6, jul./set. 1962. Editorial.
- CAPANEMA, Gustavo. Apresentação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, vol. 1, n. 1, p. 3-4, jul. 1944.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortes; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.
- DANTAS, Andrea Maria Lopes. **A urdida da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)**. 211 fls. Tese. (Doutorado em História e Filosofia da Educação) Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo: 2001.
- KELLY, Celso. Lei de Diretrizes – Reforma de Base da Educação Nacional. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 40, n. 92, p. 3-9, out./dez. 1963. Editorial.
- LEI e educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 18, n. 48, p. 3-4, out./dez. 1952. Editorial.
- MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- MENDONÇA, Ana Waleska; BRANDÃO, Zaia (Orgs.). **Por que não Lemos Anísio Teixeira?** Uma tradição esquecida. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
- MENGA, Lüdke; ANDRÊ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MONARCHA, Carlos (Org.) **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINHO, Péricles Madureira de. Educação e descentralização. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 41, n. 93, p. 3-5, jan./mar. 1964. Editorial.

PLANO trienal para a educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 39, n. 89, p. 3-7, jan./mar. 1963. Editorial.

PÔRTO JR., Gilson. (Org.) **Anísio Teixeira e o ensino superior**. Brasília: Bárbara Bela, 2001.

PROGRAMA educacional da mensagem ao congresso. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 35, n. 81, p. 3-6, jan./mar. 1961. Editorial.

RECONSTRUÇÃO educacional. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 17, n. 46, p. 5-6, abr./jun. 1952. Editorial.

REVISTA brasileira de estudos pedagógicos. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, vol. 1, n. 1, p. 3-4, jul. 1944. Editorial.

REVISTA HISTEDBR ON-LINE, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/histedbr>>. Acessado em: :14 de nov 2015

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; MENEZES, Maria Cristina (Orgs.). **Anísio Teixeira, 1900-2000: provocações em educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação).

SUCUPIRA, Newton. Institutos universitários e a pesquisa científica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 50, n. 91, p. 3-5, jul./set. 1963. Editorial.

TEIXEIRA, Anísio Espínola. A mensagem de Rousseau. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 38, n. 88, p. 3-5, out./dez. 1962. Editorial.

_____. A administração pública brasileira e a educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 25, n. 61, p. 03-23, jan./mar. 1956.

_____. A crise educacional brasileira. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 19, n. 50, p. 20-43, abr./jun. 1953.

_____. A educação que nos convém. **R Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 21, n. 54, p. 16-33, abr./jun. 1954.

_____. A escola brasileira e a estabilidade social. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 28, n. 67, p. 3-29, jul./set. 1957.

_____. A escola pública, universal e gratuita. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 26, n. 64, p. 3-27, out./nov. 1956.

_____. A escola secundária em transformação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 21, n. 53, p. 3-20, jan./mar. 1954.

_____. A municipalização do ensino primário. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 27, n. 66, p. 22-43, abr./jun. 1957.

_____. A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional? **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 33, n. 76, p. 27-33, out./dez. 1959.

_____. A universidade de ontem e de hoje. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 42, n. 95, p. 27-47, jul./set. 1964.

_____. A universidade e a liberdade humana. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 20, n. 51, p. 3-22, jul./set. 1953.

_____. Bases da teoria lógica de Dewey. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 23, n. 57, p. 3-27, jan./mar. 1955.

_____. Bases para uma programação da educação primária no Brasil. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 27, n. 68, p. 28-46, jan./mar. 1957.

_____. Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 38, n. 88, p. 97-107, out./dez. 1962.

_____. Ciência e Arte de Educar. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 28, n. 68, p. 3-16, out./dez. 1957.

_____. Ciência e Humanismo. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 24, n. 60, p. 30-44, out./dez. 1955.

_____. Condições para a Reconstrução Educacional Brasileira. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 19, n. 49, p. 3-12, jan./mar. 1953.

_____. Custo mínimo da educação primária por aluno. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 35, n. 82, abr./jun. 1961. Editorial. Anísio Teixeira

_____. Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

_____. Educação e desenvolvimento. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 35, n. 81, p. 71-92, jan./mar. 1961.

_____. Educação não é privilégio. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 26, n. 63, p. 3-31, jul./set. 1956.

_____. Educação – problema da formação nacional. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 29, n. 70, p. 21-32, abr./jun. 1958.

_____. **Educação no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

_____. Estado atual da educação. **Revista Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 39, n. 89, p. 8-16, jan./mar. 1963.

_____. Estudo sobre o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 18, n. 48, p. 72-123, out./dez. 1952.

_____. Falando francamente. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 30, n. 72, p. 03-18, out./dez. 1958.

_____. Filosofia e educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 32, n. 75, p. 14-27, jul./set. 1959.

_____. Gilberto Freyre, mestre e criador de Sociologia. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 40, n. 91, p. 29-36, jul./set. 1963.

_____. Mestres de amanhã. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 40, n. 92, p. 10-19, out./dez. 1963.

_____. Notas sobre a educação e a unidade nacional. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 18, n. 47, p. 35-49, jul./set. 1952.

_____. O espírito científico e o mundo atual. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 23, n. 58, p. 3-25, abr./jun. 1955.

_____. O processo democrático de educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 25, n. 62, p. 3-16, abr./jun. 1956.

_____. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 22, n. 55, p. 5-22, jul./set. 1956.

_____. Plano e finanças da educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 46, n. 93, p. 6-16, jan./mar. 1964.

_____. Revolução e Educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 39, n. 90, p. 3-7, abr./jun. 1963. Editorial.

_____. Sobre o problema de como financiar a educação povo brasileiro. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 20, n. 52, p. 27-42, out./dez. 1953.

_____. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 38, n. 87, p. 21-33, jul./set. 1962.

_____. Variações sobre o tema da liberdade humana. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 29, n. 69, p. 3-18, jan./mar. 1958.

UNIDADE Nacional e Educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Rio de Janeiro, INEP, v. 18, n. 47, p. 3-4, jul./set. 1952. Editorial.

ANEXOS

ANEXO A – EDITORIAIS DA RBEP, PUBLICADOS ENTRE 1952 E 1964

| N. | Ano | Volume / Mês / N° / RBEP | Seção | Assunto |
|----|------|---------------------------------------|-----------|--|
| 1 | 1952 | VOL. XVII ABRIL-JUNHO, N.º 46 | Editorial | Reconstrução Educacional |
| 2 | 1952 | VOL. XVIII JULHO-SETEMBRO, N.º 47 | Editorial | Unidade Nacional e Educação |
| 3 | 1952 | VOL. XVIII OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 48 | Editorial | Lei e Educação |
| 4 | 1960 | VOL. XXXIV OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 80 | Editorial | A Educação comum do homem moderno |
| 5 | 1961 | VOL. XXXV JANEIRO-MARÇO, N.º 81 | Editorial | Programa Educacional da Mensagem ao Congresso |
| 6 | 1961 | VOL. XXXV ABRIL-JUNHO, N.º 82 | Editorial | Custo mínimo da educação primária por aluno |
| 7 | 1961 | VOL. XX OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 52 * | Editorial | Expansão do ensino superior no Brasil |
| 8 | 1961 | VOL. XXI JANEIRO-MARÇO, N.º 53* | Editorial | Plano Nacional de Educação |
| 9 | 1962 | VOL. XXI ABRIL-JUNHO, N.º 54 * | Editorial | A vitalização da Universidade brasileira |
| 10 | 1962 | VOL. XXII JULHO-SETEMBRO, N.º 55* | Editorial | A valorização do Homem |
| 11 | 1962 | VOL. XXXVIII JULHO-SETEMBRO, N.º 87 | Editorial | Educação e Desenvolvimento Econômico |
| 12 | 1962 | VOL. XXXVIII OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 88 | Editorial | A Mensagem de Rousseau |
| 13 | 1963 | VOL. XXXIX JANEIRO-MARÇO, N.º 89 | Editorial | Plano Trienal para Educação |
| 14 | 1963 | VOL. XXXIX ABRIL-JUNHO, N.º 90 | Editorial | Revolução e educação |
| 15 | 1963 | VOL. XL JULHO-SETEMBRO, N.º 91 | Editorial | Institutos Universitários e Pesquisa Científica |
| 16 | 1963 | VOL. XL OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 92 | Editorial | Lei de Diretrizes - Reforma de Base da Educação Nacional |
| 17 | 1964 | VOL. XLI JANEIRO-MARÇO, N.º 93 | Editorial | Educação e Descentralização |

* Os Editoriais publicados nos números 52, 53, 54 e 55 da RBEP foram excluídos desta pesquisa, uma vez que não foi possível acessá-los, pois não se encontram disponíveis na página do periódico (Cf. <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/index>>).

ANEXO B – ARTIGOS DA SEÇÃO IDEIAS E DEBATE / ESTUDOS E DEBATE DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP), ENTRE 1952 E 1964.

| N. | Ano | Volume / Mês / N° / RBEP | Seção | Assunto |
|-----------|------------|--------------------------------------|------------------|--|
| 1 | 1952 | VOL. XVII ABRIL-JUNHO, N.º 46 | Documentação | Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. |
| 2 | 1952 | VOL. XVIII JULHO-SETEMBRO, N.º 47 | Idéias e debates | Notas sôbre a educação e a unidade nacional. |
| 3 | 1952 | VOL. XVIII OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 48 | Idéias e debates | Estudo sôbre o projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. |
| 4 | 1953 | VOL. XIX JANEIRO-MARÇO, N.º 49 | Idéias e debates | Condições para a Reconstrução Educacional Brasileira. |
| 5 | 1953 | VOL. XIX ABRIL-JUNHO, N.º 50 | Idéias e debates | A crise educacional brasileira. |
| 6 | 1953 | VOL. XX JULHO-SETEMBRO, N.º 51 | Idéias e debates | A Universidade e aliberdade humana. |
| 7 | 1953 | VOL. XX OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 52 | Idéias e debates | Sôbre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. |
| 8 | 1954 | VOL. XXI JANEIRO-MARÇO, N.º 53 | Idéias e debates | A escola secundária em transformação. |
| 9 | 1954 | VOL. XXI ABRIL-JUNHO, N.º 54 | Idéias e debates | A educação que nos convém. |
| 10 | 1954 | VOL. XXII JULHO-SETEMBRO, N.º 55 | Idéias e debates | Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. |
| 11 | 1955 | VOL. XXIII JANEIRO-MARÇO, N.º 57 | Idéias e debates | Bases da teoria lógica de Dewey. |
| 12 | 1955 | VOL. XXIII ABRIL-JUNHO, N.º 58 | Idéias e debates | O espírito científico e o mundo atual. |
| 13 | 1955 | VOL. XXIV OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 60 | Idéias e debates | Ciência e Humanismo. |
| 14 | 1956 | VOL. XXV JANEIRO-MARÇO, N.º 61 | Idéias e debates | A administração pública brasileira e a educação. |
| 15 | 1956 | VOL. XXV ABRIL-JUNHO, N.º 62 | Idéias e debates | O processo democrático de educação. |
| 16 | 1956 | VOL. XXVI JULHO-SETEMBRO, N.º 63 | Idéias e debates | Educação não é privilégio. |
| 17 | 1956 | VOL. XXVI OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 64 | Idéias e debates | A escola pública, universal e gratuita. |
| 19 | 1957 | VOL. XXVII JANEIRO-MARÇO, N.º 65 | Idéias e debates | Bases para uma programação da educação primária no Brasil. |
| 20 | 1957 | VOL. XXVII ABRIL-JUNHO, N.º 66 | Idéias e debates | A municipalização do ensino primário. |
| 21 | 1957 | VOL. XXVIII JULHO-SETEMBRO, N.º 67 | Idéias e debates | A escola brasileira e a estabilidade social. |
| 22 | 1957 | VOL. XXVIII OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 68 | Idéias e debates | Ciência e Arte de Educar. |
| 23 | 1958 | VOL. XXIX JANEIRO-MARÇO, N.º 69 | Idéias e debates | Variações sobre o tema da liberdade humana. |
| 24 | 1958 | VOL. XXIX ABRIL-JUNHO, N.º 70 | Idéias e debates | Educação - problema da formação nacional. |
| 25 | 1958 | VOL. XXX OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 72 | Idéias e debates | Falando francamente. |

ANEXO B – ARTIGOS DA SEÇÃO *IDEIAS E DEBATE* / *ESTUDOS E DEBATE* DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP), ENTRE 1952 E 1964. (Cont.)

| N. | Ano | Volume / Mês / N° / RBEP | Seção | Assunto |
|-----------|------------|---------------------------------------|-------------------|--|
| 26 | 1959 | VOL. XXXII JULHO-SETEMBRO, N.º 75 | Idéias e debates | Filosofia e educação. |
| 27 | 1959 | VOL. XXX III OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 76 | Idéias e debates | A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional? |
| 28 | 1961 | VOL. XXXV JANEIRO-MARÇO, N.º 81 | Estudos e debates | Educação e desenvolvimento. |
| 29 | 1962 | VOL. XXXVIII JULHO-SETEMBRO, N.º 87 | Estudos e debates | Uma experiência de educação primária integral no Brasil. |
| 30 | 1962 | VOL. XXXVIII OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 88 | Documentação | Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário. |
| 31 | 1963 | VOL. XXXIX JANEIRO-MARÇO, N.º 89 | Estudos e debates | Estado atual da educação. |
| 32 | 1963 | VOL. XL JULHO-SETEMBRO, N.º 91 | Estudos e debates | Gilberto Freyre, mestre e criador de Sociologia. |
| 33 | 1963 | VOL. XL OUTUBRO-DEZEMBRO, N.º 92 | Estudos e debates | Mestres de amanhã. |
| 34 | 1964 | VOL. XLI JANEIRO-MARÇO, N.º 93 | Estudos e debates | Plano e finanças da educação. |
| 35 | 1964 | VOL. XLII JULHO - SETEMBRO, N.º 95 | Estudos e debates | A universidade de ontem e de hoje. |

ANEXO C – MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, DE 1932.